



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 118

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 118

112ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 13

Dep. Chico Noroeste..... 14

Dep. Mario Roque 15

Dep. Elio Rusch 16

Dep. Reni Pereira..... 18

Dep. Péricles de Mello..... 19

Grande Expediente:

Sr. Vitor Hugo Burko

Presidente do IAP 21

Interpeladores

Dep. Tadeu Veneri 23

Dep. Artagão Júnior 24

Dep. Valdir Rossoni 25

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 26

Dep. Marcelo Rangel 27

Dep. Rosane Ferreira..... 28

Dep. Jocelito Canto 29

Dep. Jonas Guimarães..... 30

Dep. Ney Leprevost..... 30

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati..... 14

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 17

Liderança do Bloco PPS30PMN

Dep. Marcelo Rangel 31

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 33

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão/Votação

Redação Final 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 36

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 40

Publicações:

Ato do Presidente 41

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 41

Atas de Comissões

Especial de Investigação - ONGs

Agricultura 41

Segurança Pública..... 44

Tomada de Contas..... 44

Presidência

Indicações Legislativas 44

DIÁRIO Nº 118**112ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE OUTUBRO DE 2009**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Luiz Carlos Martins e Osmar Bertoldi (04).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 06/10/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, e passo a fazer parte da referida Bancada com assento nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) MAURO MORAES

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4884

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a realização de Audiência Pública para debater no dia 21/10/09 (quarta-feira), das 08h às 13h, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná.

A realização desta Audiência Pública, terá como objetivo debater proposta de solução para o desenquadro dos Agentes de Apoio e Agentes de Execução do Poder Executivo.

Requer também a reserva de equipamentos de multimídia para a apresentação dos trabalhos, bem como os serviços de taquigrafia.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 4885

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente - CEMA, REQUER, autorização da Mesa Diretora desta Casa de Leis para utilização do Plenarinho na Audiência Pública que esta Comissão realizará no dia 18 de novembro - sobre a Política Estadual sobre Mudança do Clima, com início às 08h, e término às 12h.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4879

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, conforme disciplina o Regimento Interno desta Casa, o adiantamento da discussão, por quatro sessões, do Projeto de Lei nº 184/09 - institui a política estadual de prevenção,

controle e erradicação às espécies exóticas invasoras e da outras providências, constante na ordem do dia, do dia 06/10/09, item 05 da pauta.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER que seja concedida autorização/designação para comparecer à reunião da Confederação Parlamentar das Américas, como representante da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se em Buenos Aires, República da Argentina, com saída prevista para 07 de outubro do corrente ano e retorno agendado para o dia 10 do mesmo mês e ano.

Requer ainda a consequente dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a duração do evento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 128 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 4866

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira, ocorrido no dia 05 de outubro do corrente na Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Londrina chora a perda da querida, devotada e ilustre filha, irmã e mãe dona Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira.

Professora participou da administração pública londrinense, quando assessorou os ex- Prefeitos Hugo Cabral e Milton Menezes.

Mulher, não andava à frente nem atrás do marido, o sempre lembrado Prefeito e Deputado Federal Dr. Wilson Moreira. Altiva, andava ao seu lado, contribuindo com o seu enternecimento maternal oferecendo a sua contribuição às ações para a fundação do Instituto Londrinense para Crianças Excepcionais, o Ilece e da Creche Haydée Colli Monteiro.

Acolitando Moreira quando Prefeito de Londrina, dona Guiomar gravou o seu nome nos corações de gente humilde, carente dos serviços prestados pelas creches que se multiplicaram naquela gestão, além de oferecer todo o seu carinho aos moradores de rua.

Dentre as homenagens recebidas por dona Guiomar, das mais significativas, a Comenda Ouro Verde, que lhe foi consagrada pela edibilidade da sua terra.

Dona Guiomar faleceu na manhã de segunda-feira passada, dia 05, aos 77 anos de idade, tendo vivido desde 1932, vindo de São Paulo, na sua adorada Londrina.

Deixa entristecidos, os filhos Gilza, Sílvio, Luciana e Wilson Moreira Jr. e todos os que tiveram a ventura de privar do seu vasto círculo de amizades.

Hoje, imaginamos: ao lado de um grande homem, repousa uma grande mulher! Esta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná cumpre, com pesar, o dever de registrar nos Anais da sua história, este sincero voto de pesar.

E, que desta iniciativa, rogo à Mesa, o envio de documento à colenda Câmara Municipal, na pessoal do seu Presidente, o Vereador José Padre Roque Neto, ao digníssimo Prefeito Barbosa Neto e à família enlutada, através da filha Gela Rodrigues Moreira.

REQUERIMENTO Nº 4867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Diva Wallbach Tizzot, mãe do Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot, ocorrido no dia 05/10/09.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada. Da decisão da Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma imensa tristeza perder esta nobre cidadão paranaense, viúva do médico Cícero Tizzot Filho. Nascida em 03/10/1926 em Paranaguá, no litoral de nosso Estado, teve três filhos - Reinaldo (falecido), Rosane e o engenheiro civil Rogério, atual Secretário de Estado dos Transportes do Paraná. Deixou seis netos: Karin, Thiago, Renata, Frederico, Saul e Carolina; e dois bisnetos, Felipe e Miguel.

O tempo não apaga a dor trazida por uma perda dessa magnitude, abrindo uma grande lacuna na vida da família Tizzot. Mãe, avó, bisavó, a Sra. Diva ocupou espaço que ninguém poderá ocupar. Resta-nos guardar os bons momentos vividos durante seus 83 anos de vida e orar pela paz e conforto de toda a família.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências e pêsames pela perda irreparável do ente querido; e que possam ser confortados e iluminados por Deus e por todos os amigos neste momento difícil.

REQUERIMENTO Nº 4871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Wallbach Tizzot, pelo falecimento da Sra. Diva Wallbach Tizzot, ocorrido no dia 05 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Wallbach Tizzot, através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4876

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Belizario de Godoy, pelo falecimento do Sr. Osni Belizario de Godoy, ocorrido no dia 05 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Belizario de Godoy.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Muraro, pelo falecimento do Sr. João Claudinei Muraro, ocorrido no dia 05 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Muraro, através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Wilson Muraro.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4863

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações, para o Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, pela sua posse no dia 15/10/09, às 19h30, no auditório Potty Lazarroto do Museu Oscar Niemeyer, como novo Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, em substituição ao atual Dr. Leonardo Azeredo Bandarra.

O Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União possui representantes de todos os Estados da União, representa a classe dos Procuradores e será presidido pela primeira vez por um paranaense.

Os cumprimentos são extensivos aos demais membros da Diretoria 2009/2010.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4864

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações, para a Major Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, pela sua promoção para o cargo de Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, em Maringá.

Com 44 anos de idade e 21 de profissão, Major Audilene Rosa de Paula Dias da Rocha assumiu hoje o cargo temporário de Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, substituindo o Comandante Adilson Castilhos Casitas, nomeado para o Comando do Policiamento do Interior.

Major Audilene é casada, tem uma filha de sete anos.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4865

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações, para o Tenente-Coronel Adilson Castilho Casitas, pela sua promoção para o cargo de Chefe do Estado Maior do Comando do Policiamento do Interior da Polícia Militar, em Curitiba.

Te-Cel. Adilson Castilho Casitas, possui 26 anos de serviços na PM do Paraná, todos prestados em Maringá e região. Exercia atualmente o Comando do 4º Batalhão da Polícia Militar em Maringá, ainda como Major.

Em 2007 foi promovido a Tenente-Coronel e agora elevado ao Comando do Policiamento do Interior da PM, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para posteridades, voto de congratulações e aplausos ao Curitiba Foot Ball Club, pela passagem do centenário de sua fundação, que ocorrerá no próximo dia 12 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Jair Cirino, DD. Presidente do Curitiba Foot Ball Club, para que receba e transmita à todos os companheiros de diretoria, atletas e sócios do alviverde.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Foot Ball completará o centenário de sua fundação, no próximo dia 12 do corrente.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis porque nosso coração se enche de júbilo como antigo torcedor e conselheiro durante alguns anos.

Bem haja aqueles que não pouparam esforços para proporcionar festividades durante 100 anos.

Aos organizadores exaustos, aos diretores, atletas comissão técnica, associados e simpatizantes do Coritiba Foot Ball Club.

Recrear o espírito é retemperá-lo para novos embates e novas lutas. Um arco que permanecesse sempre tenso perderia sua elasticidade e torna-se-ia inútil para o fim que se destina.

O esporte é uma escola, nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não norteasse? Hoje um dia, em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer consciente. O esporte e hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível de seu programa. Criar, portanto, uma organização como o Coritiba Foot Ball Club, cuja finalidade é proporcionar distração sadia ao espírito é prestar um relevante serviço social, cujos frutos se farão sentir diretamente no indivíduo, na família e no grupo que fazemos parte.

Sim, um espírito sadio num corpo sadio é um escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre os demais clubes brasileiros.

Saudamos, pois a todos os diretores, técnicos e atletas, pugilo de bravos que acabaram de conquistar a grande vitória, mostrando destarte que compreenderam a necessidade da autodisciplina, dando um exemplo digno de ser seguido pelas gerações vindouras.

Primeira partida

No dia 23/10/09 (onze dias após a fundação), foi realizada a primeira partida oficial do alviverde. Um time de funcionários da estrada de ferro de Ponta Grossa recebeu os atletas coxas-brancas. A partida terminou 1 a 0 para os donos da casa. O time base do Coritiba naquele primeiro confronto era formado pelos próprios fundadores do Clube: Artur Hauer, Alfredo Labsch, Leopoldo Obladen, Robert Juchsch, Carlos Schlender, Fritz Sesselfelder, Carl Maschke, Waldemar Hauer, Rudolf Kastrup, Adolplo Muller, Emilio Dietrich, Erothildes Calberg e Arthur Iwersen.

Em 1915, João Viana Seiler volta a comandar o clube, que participa do Campeonato da Cidade competição oficial do Coritiba. No ano seguinte Constante Fruet é o Presidente título do Campeonato da Cidade. Vencido em 24 de dezembro. O primeiro título Coxa teve Maxambomba como grande destaque. O título Estadual de 1916 é conquistado apenas no dia 21/01/17, na vitória sobre o Britânia. Neste ano, também leva o Torneio Afonso Camargo. O Cori passou a jogar no Parque Gracioso, no Juvevê.

O nosso Coxa-Branca, serve de modelo à todos os tradicionais clubes esportivos. É o único no Brasil, que reconhece em vida que fez mais pela instituição.

Na história do Centenário do Coritiba Foot Ball Club, sempre há um lugar especial para todos os sócios, simpatizantes e torcedores. São 100 anos de amor pelo esporte.

Em 1997, faleceu o meu pai, Dr. Antonio Anibelli, Presidente do Clube do Alto da Glória entre 1954 e 1955. Em abril de 1955, o Dr. Antonio Anibelli licenciou-se da Presidência do Clube para assumir provisoriamente o Governo do Estado do Paraná.

No atual campeonato de 2009, no ano do Centenário, o Coritiba Foot Ball Club, nesta data esta no 15º lugar no Campeonato Nacional.

Em 1985, o nosso querido Coxa-Branca foi campeão nacional, disputando a última partida no Maracanã, quando o saudoso Evangelino Costa Neves era o Presidente e este Parlamentar Vice-Presidente, ambos assistimos a partida no grande Estádio do Maracanã.

Saudamos mais uma vez o Coritiba Foot Ball Club, em exemplo digno de ser seguido pelas gerações vindouras, o orgulho de ser antigo Conselheiro e ser adepto de um clube centenário.

REQUERIMENTO Nº 4873

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, felicitações, congratulações e aplausos à família Butzge/Butzke, pela festividade do 4º encontro, que se realizará no Distrito de Novo Sobradinho, Município de Toledo, nos dias 10 e 11/10/09.

Trata-se de uma verdadeira história familiar dentro da história do desenvolvimento, primeiramente no Rio Grande do Sul, Município de Santa Cruz do Sul, com a fixação da família Christian Dominico Putzke, vindo da Alemanha, em 17/02/51; Poucos anos depois, 1869, mais duas famílias Butzke vieram da Alemanha, sendo que a de William Butzke fixou residência em Santa Catarina, na região de Blumenau, quando no mesmo ano foi um dos fundadores da Cidade de Timbó. Wilhelm Butzke, com esposa e filhos se estabeleceram na Colônia Leopoldina, Estado do Espírito Santo; registram ainda o início da família Butzke no Brasil, a vinda de Glottlieb, em 1872, que se estabeleceram na Colônia Dona Francisca - SC.

A história do Município de Toledo registra a grande contribuição no seu desenvolvimento e crescimento, a presença de membros descendentes dos imigrantes alemães acima, quando em 1963 Rainildo Butzke e família aportaram e fixaram residência em Novo Sobradinho, com atividade comercial e agricultura, vindo a se somar seis anos mais tarde o Sr. e Família José Butzke (1969) e ainda em 1972 a família Bruno Butzke, todos pioneiros e de grande espírito comunitário e público.

Além da grande contribuição no desenvolvimento de Toledo, a família Butzke, através do empresário Ascanio Butzke, se fez presente na Política Municipal, com a eleição dele para Vice-Prefeito, na gestão de 1993/1996.

A Assembleia Legislativa do Paraná, através de seus Deputados primeiramente apresenta seus agradecimentos e reconhecimento a toda a Família Butzke, pelos relevantes serviços prestados e decisiva contribuição no desenvolvimento e crescimento do Município de Toledo, que muito contribuiu e até hoje contribui significativamente para a grandeza de nosso Estado.

Parabéns e felicidades às famílias Butzge/Butzke/Butzke, todos sejam bem vindas ao Paraná, à Toledo e em especial para Novo Sobradinho, terra dos nossos Butzkes, e que tudo seja festa, confraternização, abraços, recordações, saudades, e um futuro feliz e progressista a todos.

Requer ainda, seja oficiado a decisão desta Casa de Leis, nas pessoas de Rainildo Butzke e Ascanio Butzke.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 4868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, parabeniza o Coritiba Foot Ball Club pelos 100 anos de fundação a serem comemorados em 12 de outubro do presente ano, e REQUER o envio de moção e Diploma de Congratulações aos responsáveis diretos pela referida conquista .

Sala das Sessões, 06/10/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Foot Ball Club, clube de futebol mais antigo do estado do Paraná, comemora 100 anos. 12 de outubro de 1909. Esta é a data registrada pelos historiadores como a da fundação do clube. O que pensavam e sonhavam aqueles jovens, a maioria integrante da colônia germânica, sobre o ato de fundação de um clube, fruto do entusiasmo com a novidade que surgia pelo Sul do Brasil? Teriam eles consciência de que no transcorrer do século XX o Coritiba seria a própria história do futebol paranaense, sua maior tradição, sua maior conquista?

O time do Coritiba é representado por um simpático velhinho, o Vovô Coxa. O mascote representa assim toda a tradição do Coritiba no estado do Paraná. Abaixo, um pouco da história centenária e vitoriosa do Coritiba Foot Ball Club.

Conselho Administrativo

Presidente: Jair Cirino dos Santos

Vice-Presidente: Marcos Hauer

Secretário: Eduardo Jaime Martins

Diretor Administrativo Financeiro: Francisco Araújo

Diretor de Futebol: Homero Halila Pereira

Diretor de Relações Institucionais: Ricardo Gomyde

Diretor de Patrimônio: Nadir Elache

Diretor das Categorias de Base: João Gualberto de Sá Scheffer

Diretor Membro do Conselho de Administração: Jurandir Marcondes Ribas Filho

Fundação

No ano de 1909, diversos jovens se reuniam no Clube Ginástico Teuto-Brasileiro para suas exibições de ginástica. No entanto, a atração de uma das reuniões de Setembro acabou sendo outra. A atenção de todos estava voltada para Frederico Fritz Essenfelder, importante membro do grupo, que apareceu no local com uma bola de couro na mão. Após alguns cabeceios e embaixadas, Essenfelder apresentou o objeto aos colegas, explicando que se tratava de uma bola de futebol.

O grupo de jovens se encantou com o novo esporte, e passou a promover partidas entre eles no campo do Quartel da Força Pública. Em pouco tempo, todos estavam completamente apaixonados e decidiram fundar um clube para a prática do futebol, primeiramente chamado de Coritibano Football Club. A fundação ocorreu no antigo Teatro Hauer, na noite de 12 de Outubro de 1909.

Faltava agora apenas um campo para jogar, problema que foi resolvido quando os fundadores conseguiram autorização para usar a área do Jôquei Clube Paranaense. A área foi reformada com obras de terraplanagem, gramado e construção de cercas de arame. O clube jogou ali até 1916, quando passou a mandar seus jogos no Parque Graciosa.

A primeira assembléia foi realizada em 21 de Abril de 1910, após o clube ter solicitado todas as regras do esporte no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nessa assembléia, o nome do clube foi alterado para Coritiba, antigo nome da capital paranaense e que foi mantido mesmo com a mudança de nome da cidade. Foi nessa assembléia também que aconteceu a votação para a primeira diretoria, composta pelo presidente João Viana Seiler e seu vice Arthur Hauer, primeiro e segundo secretário José Júlio Franco e Leopoldo Obladen respectivamente, primeiro e segundo tesoureiro Walter Dietrich e Alvim Hauer respectivamente e capitão Fritz Essenfelder.

Na época, a capital do Paraná apresentava o nome com duas grafias: "Coritiba", grafia européia, e "Curytiba", grafia tupi-guarani, ambas estavam corretas. Muitas cartas daquela época, até hoje existentes na biblioteca de Curitiba, usavam normalmente a grafia Coritiba e esta foi a adotada para o nome do clube. Também as cores, verde e branco, são uma referência às da bandeira do estado.

Abaixo, os principais títulos do Coritiba Foot Ball Club.

Títulos Nacionais

- Campeonato Brasileiro de Futebol: 1985;

- Campeonato Brasileiro de Futebol: Série B, 2007.

Títulos Estaduais

- Campeonato Paranaense: 33 vezes - 1916, 1927, 1931, 1933, 1935, 1939, 1941, 1942, 1946, 1947, 1951, 1952, 1954, 1956, 1957, 1959, 1960, 1968, 1969, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978, 1979, 1986, 1989, 1999, 2003, 2004 e 2008.

- Torneio Início: 10 vezes - 1920, 1921, 1930, 1932, 1939, 1941, 1942, 1951, 1952 e 1957.

Títulos Internacionais

- Fita Azul Internacional: 1972;
- Taça Akwaba (África): 1983;
- Taça Pierre Colon (França): 1969.

Torneios

- Campeonato Citadino de Curitiba: 10 vezes - 1916, 1927, 1931, 1933, 1935, 1939, 1941, 1942, 1946 e 1947;
- Torneio Afonso Camargo: 1917;
- Torneio da Cruz Vermelha: 1921;
- Torneio Tiradentes: 1921;
- Taça Fox: 1927;
- Torneio dos Cronistas Esportivos: 1932;
- Torneio Arthur Friedenreich: 1934;
- Torneio da Imprensa: 1943;
- Torneio Luís Aranha: 1943;
- Torneio Getúlio Vargas: 1944;
- Torneio Cidade de Curitiba: 1945;
- Torneio Curitiba: 1950;
- Torneio de Londrina: 1953;
- Torneio Quadrangular Interestadual: 1953;
- Campeonato Zona Sul: 3 vezes - 1959, 1960 e 1962;
- Torneio Internacional de Verão: 3 vezes - 1968, 1970 e 1971;
- Torneio do Povo: 1973;
- Torneio de Goiás: 1975;
- Taça Cidade de Curitiba: 2 vezes - 1976 e 1978;
- Torneio do Trabalhador: 1981;
- Torneio Maurício Fruet: 1985;
- Festival Brasileiro de Futebol: 1997.

Números do Estádio Major Antônio Couto**Pereira:**

Fundação: 20/11/1932

Capacidade Total: 37.182 lugares

Maior Público: 80.000 pessoas - Visita do Papa João Paulo II, dia 5 de agosto de 1980

Cadeiras: 5.040 cadeiras sociais superiores

1.027 cadeiras sociais inferiores

2.210 cadeiras na curva do 3º anel

2.588 cadeiras na curva do 2º anel

1.364 cadeiras na curva do 1º anel

2.960 cadeiras na reta Mauá 2º anel

2.233 cadeiras na reta Mauá 1º anel

Total: 17.412 cadeiras (6.067 antigas e 11.355 novas - Setor Mauá, mais a curva)

Arquibancadas sem cadeiras: Curva Amâncio Moro (3 anéis): 12.884 lugares

Curva Visitantes (3 anéis): 6.162 lugares

Sociais inferiores: 334 lugares sem cadeiras; 20 lugares na curva de fundos sem cadeiras no anel inferior, ao lado da grade de proteção

Total: 19.400 lugares sem cadeiras

Camarotes: 370 lugares

Banheiros: 25 sanitários, sendo 13 femininos e 12 masculinos

Lanchonetes: 16

Câmeras de vigilância: 32

Vestiários: 04

Estacionamento (número de vagas): 400

Estádio Belfort Duarte

Em 1920, o time é campeão do Torneio Início, e novamente no ano seguinte, assim como também no Torneio da Cruz Vermelha e do Torneio de Tiradentes. Em 1927, já com Antônio Couto Pereira como presidente, o Coritiba vence o Campeonato da Cidade e a Taça Fox. Em 2 de janeiro, Staco marca sete gols na vitória de 9 a 0 sobre o Savóia. O Coritiba foi campeão do Torneio Início em 1930 e 1932 e do Campeonato da Cidade e do Campeonato Paranaense de Futebol de 1931. Da mesma maneira, o clube foi campeão em 1932 do Torneio dos Cronistas Esportivos. No mesmo ano foi inaugurado em 19 de novembro o estádio Belfort Duarte.

Segue então uma fase de vitórias em vários campeonatos, contando com Campeonato da Cidade (1933, 1935 e 1939), campeonato estadual (1933, 1935 e 1939), Torneio Arthur Friedenreich (1934) e Torneio do Início (1939).

Em 1941, durante um Atletiba, o futuro presidente do Clube Atlético Paranaense, Jofre Cabral e Silva, foi tomado pelas emoções do grande clássico e não parou de berrar contra o zagueiro alviverde. Primeiro o chamou de "quinta coluna", em referência a ameaça nazista. Depois, com os nervos ainda mais à flor da pele, engatou de pertinho do campo um grito incandescente: "Coxa Branca! Coxa Branca!". O apelido acabou "pegando", e no início incomodava não só o presidente Couto Pereira, como toda a torcida alviverde. Com o tempo, porém, o clube passou a contratar jogadores de todas as partes do Brasil e acabou perdendo a velha característica germânica.

Com isso, o apelido Coxa acabou sendo adotado também pela torcida do Coritiba e é hoje uma forma carinhosa de se referir ao Verdão. No começo da década de 1940 o time repete os títulos de 1939, sendo marcados pelos primeiros bicampeonatos do Coritiba. Neno marca sete gols na vitória de 10 a 2 sobre o Jacarezinho em 1 de fevereiro de 1942. Venceram os torneios Imprensa e Luís Aranha em 1943, e o torneio Getúlio Vargas no ano seguinte. Em 1945 conquistam o torneio Cidade de Curitiba. Na mesma época Couto Pereira deixa a presidência do clube após dois mandatos e treze anos no comando do time. O alviverde venceu o Campeonato da Cidade e o campeonato estadual em 1946 e 1947. Em 12 de julho 1949 realizou o primeiro amistoso entre um clube paranaense e uma equipe estrangeira, vencendo o Rapid de Viena por 4 a 0 na Vila Capanema.

O time conquista em 1950 o torneio Triangular de Curitiba, e tanto em 1951 quanto no ano seguinte o torneio Início e o campeonato estadual.

A fase "Evangelino da Costa Neves"

Em 1959 e 1960 o Coxa é bicampeão paranaense. Nessa época o time perdeu o célebre jogo da moeda para o Grêmio, pela Taça Brasil de 1960. Evangelino da Costa Neves é eleito em 1967 presidente do clube, permanecendo por mais de vinte anos, em três mandatos. Em 1968 o time é campeão paranaense após oito anos de jejum.

Também vence o Torneio Internacional de verão (que levaria também em 1970 e 1971). Também enfrentou (com a camisa da Federação) a seleção brasileira, resultando em 2-1 para o Brasil, partida essa realizada em 13 de novembro.

Em 1969 o Coritiba é bicampeão estadual e faz a primeira excursão para o exterior. No ano seguinte, querendo agitar a torcida e reunir recursos para aumentar o Belfort Duarte, Evangelino usa a estratégia do concorrente Atlético e passa a fazer contratações de vulto. Na primeira leva chegam Rinaldo (ex-Palmeiras), Joel Mendes (ex-Santos) e Hidalgo (ex-XV de Piracicaba), que faria história como capitão da equipe. O time então faz nova excursão à Europa e África.

Em 1971 o Coxa assume a hegemonia definitiva do futebol paranaense na chamada década de ouro. O título estadual abre a série do hexacampeonato. É o quinto lugar na primeira edição do campeonato brasileiro. Em 1972, na terceira excursão internacional, consegue invencibilidade e recebe a Fita Azul, sendo também coroado campeão paranaense. No ano seguinte vence o Torneio do Povo e o campeonato estadual. No período entre 1974 e 1976, os três títulos estaduais finalizam a maior seqüência de vitórias na história do profissionalismo no futebol paranaense. Conquistam ainda o Quadrangular de Goiás em 1975 e a Taça Cidade de Curitiba em 1976 e 1978. nome do estádio é alterado para Major Antônio Couto Pereira em 1977, e em 1979 o time é bicampeão estadual.

1985 - Campeão brasileiro

Em 1985 acontece a maior glória do Coritiba e do futebol paranaense até então. Desacreditada, a equipe comandada por Ênio Andrade suplanta os desafios e conquista o título brasileiro vencendo nos pênaltis o Bangu em pleno Maracanã. Levaram também o torneio Maurício Fruct. No ano seguinte o time participa da Taça Libertadores da América com uma campanha discreta e é campeão paranaense. Dois anos após o título nacional o time é convidado pelo Clube dos 13 e participa da Copa União.

Em 1988 o Coritiba quase cai para a segunda divisão paranaense. Usando os preceitos de Neves, o presidente Bayard Osna reformula a equipe no ano seguinte e conquista o campeonato estadual. Fazia boa campanha no Brasileiro, mas não vai a Juiz de Fora enfrentar o Santos e é suspenso pela CBF com a queda automática para a Série B. Beneficiado pela CBF, que havia extinguido a Terceira Divisão, o Coritiba disputa a segunda divisão, e só cai nas semifinais ante ao Guarani. Em 1995, após uma derrota para o Matsubara, Evangelino Neves é pressionado para deixar o clube. Édison Mauad, Sérgio Prosdócimo e Joel Malucelli assumem o Coritiba e lutam para apagar as dívidas e montar um bom time. Conseguem, e recolocam o Coritiba na primeira divisão.

Clube-empresa

Em 1997, o Coxa é campeão do Festival Brasileiro de Futebol. No ano seguinte faz ótima campanha no campeonato nacional, sendo eliminado pela Portuguesa nas quartas-de-final. Em 1999 é sagrado campeão paranaense.

Em 2002, depois de um início claudicante, o Coritiba melhora na temporada e brilha como uma das melhores equipes do campeonato brasileiro. Nos próximos dias, lança o projeto de clube-empresa. No ano seguinte, além de ser campeão estadual invicto, o time chega em quinto no Campeonato Brasileiro e conquista o direito de disputar a segunda Libertadores da América de sua história.

O ano de 2004 conquista o bicampeonato estadual ganhando do Atlético Paranaense, na Kyocera Arena, quebrando um jejum de prevelecia desde 1978, após empate em 3x3. Em contrapartida, o Coritiba não consegue manter o seu desempenho nas copas Sul-Americana e Libertadores da América, sendo eliminado já na primeira fase de ambas.

Série B do Campeonato Brasileiro

Após campanha aquém no Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005, o time foi rebaixado para a Série B da competição. Naquele ano, o Coritiba teve a quarta maior média de público do campeonato, com 18 688 pessoas.

Em 3 de novembro de 2007, no Estádio Major Antônio Couto Pereira e valendo pela 34ª rodada da Série B, o Coritiba empatou com o Vitória e garantiu matematicamente o acesso à Serie A do Campeonato Brasileiro[4]. Após possibilidades de obtenção do título do campeonato em partidas contra Avaí em Florianópolis, Portuguesa e Marília em casa, a decisão do campeonato foi adiada para a última rodada, contra o Santa Cruz no Estádio do Arruda. Com a vitória, o time sagrou-se campeão da Série B do Campeonato Brasileiro de 2007.

O ano de 2008

Venceu o Campeonato Paranaense de 2008 após uma campanha heróica, repleta de altos e baixos. A final foi disputada contra seu arqui-rival, Atlético Paranaense. No Campeonato Brasileiro, o time garantiu sua permanência na Série A. Sem chances de conquistar uma vaga na copa Libertadores o time garantiu uma vaga na Copa Sul-americana, e terminou o campeonato na 9ª colocação após derrota para o Sport na última rodada.

REQUERIMENTO Nº 4880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Paraná, Roberto Requião e Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando a elaboração e implantação do serviço on-line que disponibiliza a emissão de antecedentes criminais gratuitos no site da Secretaria Estadual de Segurança do Paraná.

É de fundamental importância a inclusão desse serviço, tendo em vista a grande necessidade daqueles que precisam ingressar no mercado de trabalho e não possuem renda para retirar esse documento. Muitos Estados brasileiros já adotam esse mecanismo.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4872

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Infância e Juventude para solicitar o que segue:

- Foi encerrada a sindicância instaurada para apurar supostas irregularidades e prática de atos arbitrários no Centro de Socioeducação da Região de Ponta Grossa na gestão do Sr. Amarildo Rodrigues da Silva?

- Quais foram as conclusões?

- Quais as medidas que foram ou estão sendo adotadas?

- Ficou caracterizada a prática de assédio moral?

- Irregularidades ou arbitrariedades foram identificadas?

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Há alguns meses o nosso mandato foi procurado por servidores da referida unidade noticiando a prática de assédio moral e outras arbitrariedades.

Naquela ocasião a Secretaria mandou instaurar uma sindicância.

Objetivo deste é receber as conclusões da sindicância com informações das providências adotadas.

É prerrogativa dos Parlamentares solicitar informações junto aos órgãos da Administração Pública.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Indispensável dizer que o fornecimento das informações requeridas está de acordo com os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e que estão elencados no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 548/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Ponta Grossa, com sede e foro nessa Comarca de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado propõe a declaração de utilidade pública para a Associação Cultural e Esportiva de Ponta Grossa, por ser ela uma entidade jurídica de duração indeterminada, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, e sem fins lucrativos ou comerciais.

Possui endereço fixo, na rua Bernardo Guimarães, nº 770, na Colônia Dona Luiza em Ponta Grossa.

Tem como objetivo manter e fomentar relações culturais, esportivas e recreativas com outras sociedades constituídas no País ou no exterior, sem qualquer distinção política, religiosa ou racial.

No artigo 35 dos estatutos gerais da entidade está previsto: *os membros da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira não poderão receber remuneração ou quaisquer outras vantagens, sendo que todos prestarão seus serviços de forma voluntária.*

A Associação não poderá de forma alguma distribuir lucros a dirigentes, associados ou mantenedores.

Seus estatutos e demais documentos estão registrados no Tabelionato Messias, 4º Ofício de Notas, Ponta Grossa, Paraná, conforme constam nos autos.

Dessa maneira, propomos a sua aprovação em plenário e transformação em lei de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 549/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será concedido desconto na cobrança da taxa de vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros em imóveis comerciais, industriais, prédios escolares e hospitais privados.

Art. 2º O benefício fixado no artigo anterior contemplará todos os imóveis que não tenham sido atingidos por incêndio ou algum outro tipo de sinistro.

Art. 3º O desconto será de 5% para os imóveis que não sofreram sinistro no ano anterior e de 10% aos que estão há mais de um ano sem sofrer problemas como os referidos no artigo anterior.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A aprovação do presente projeto de lei pode resultar num grande incentivo para que os proprietários estejam sempre atentos na preservação e nos cuidados que devem ter, em especial com as instalações de energia elétrica e hidráulica de seus imóveis. O próprio Estado será amplamente beneficiado, pois havendo menos sinistros, menor será o gasto público para o bom atendimento quando da ocorrência de emergências.

PROJETO DE LEI Nº 550/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro do contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, do estabelecimento comercial, localizado no território do Estado do Paraná, que comercializar, adquirir, estocar ou expuser produtos falsificados ou contrabandeados, bem como daquele em que sócios integrantes estiverem envolvidos em processos ajuizados relativamente àqueles crimes.

§ 1º A desconformidade referida no *caput* será apurada pelo Estado e comprovada através de laudo fornecido por entidade oficial.

§ 2º A inexistência de todos os efeitos ajuizados contra os sócios, de que trata o *caput* deste artigo, será comprovada com a anexação à Declaração Anual (DECLAN) das certidões nominais dos Ofícios de Registro e Distribuidores Judiciais do Estado do Paraná, inclusive aquelas passadas pelo Serviço de Distribuição Federal.

Art. 2º A não conformidade tratada no artigo anterior será apurada na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Receita e comprovada por laudo pericial, elaborado por órgão e/ou entidades capacitadas, credenciadas ou conveniadas com o Governo do Estado do Paraná.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo Único. As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de cassação.

Art. 5º O Poder Executivo poderá divulgar, através do Diário Oficial do Estado, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nome completo dos sócios e endereços de funcionamento.

Art. 6º As disposições desta lei aplicar-se-ão, indistintamente, ao comércio, indústria, importador, exportador e armazéns de estocagem.

Art. 7º Esta lei será regulamentada por ato próprio do Poder Executivo.

Art. 8º As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) FABIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a sociedade brasileira vem sofrendo grandes perdas no que diz. Respeito ao produto original de uma forma em geral. Convivemos com a reprodução incontrolável de DVDs, CDs, remédios, calçados, roupas, produtos hospitalares e outros, causando com isso, sérios e irreparáveis prejuízos a cada ser humano no que diz respeito a propriedade imaterial e patentes.

A pirataria em todo o mundo e principalmente em nosso País, afeta a economia trazendo inadimplência aos cofres públicos e um mercado informal que, por vezes se transforma em cartéis de máfia. É cada vez maior a oferta e a variedade de produtos copiados, falsificados e adulterados à venda no Brasil. Nosso País é o quarto maior mercado consumidor desse tipo de mercadoria, atrás de China, Rússia e Paraguai. Alimentos, bebidas, pilhas, brinquedos, roupas, remédios, cosméticos, calçados, gás de cozinha, combustíveis, cigarros, perfumes, CDs, DVDs, programas de computador, sem falar nos “gatos” na rede elétrica que reduzem as receitas do Governo e das empresas, pesando sobre as tarifas e os impostos, ou seja, um roubo que prejudica todos os cidadãos.

Atraído pelo preço baixo, o consumidor torna-se o último elo do comércio ilegal que envolve sonegação fiscal, contrabando e desrespeito às leis trabalhistas, comerciais, de direitos autorais e de propriedade. A pirataria é responsável por enormes prejuízos: faz com que o Brasil deixe de arrecadar mais de R\$ 30 bilhões de impostos.

Segundo o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos, órgão do Ministério da Justiça, se hoje acabasse a pirataria, poderiam ser gerados 2 milhões de empregos. A pirataria é o crime do século XXI, disse o Deputado francês Marc Laffineur, no 1º Seminário de Combate à Pirataria, realizado em Brasília, em 2005. Faz prosperarem a criminalidade e a violência, dificultando a

ação do Estado, condenando à falência empresas idôneas e deixando desprotegido o consumidor-cidadão. Como consequência de pirataria nos diversos setores são extremamente graves.

É necessário que se tenha uma visão ampla e profunda das diferentes ramificações da pirataria, para se conhecer seus impactos na cadeia produtiva e na economia do País.

A intenção da presente proposição é de adequar as ações de combate a este tipo de prática, propondo ações mais incisivas no tocante a linhas de trabalhos e pesquisas voltadas para este assunto.

PROJETO DE LEI Nº 551/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães Nossa Senhora do Caravagio, com sede e foro no Município de Três Barras do Paraná e foro no Município de Catanduvas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães Nossa Senhora do Caravagio, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Palmeira, tem por finalidade promover a integração social das mulheres, melhorando as condições de vida das mulheres de Alto Barra Bonita, realizando campanhas, eventos, promoções em benefício do clube.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 552/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os jornais, revistas, panfletos e publicações em geral, de classificados, bem como qualquer outro veículo de comunicação, ficam proibidos de veicularem mensagens ou propagandas que ofereçam serviços de acompanhantes, garotas de programa, de telefone, massagens, saunas com fins eróticos e outras atividades congêneres.

Art. 2º As empresas a que se refere o artigo 1º da presente lei, em caso de desobediência, aplicar-se-á pena de multa, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por peça ou anúncio veiculado.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A finalidade deste projeto é proibir e punir a propaganda e os anúncios de acompanhantes, prostituição, telesexo e serviços de sexo de forma geral nos meios de comunicação como jornais, revistas, emissoras de rádio-difusão sonora e televisão, que têm prejudicado a sociedade, a família, afetando a moral e os bons costumes e especialmente as crianças e adolescentes.

A família, as crianças e adolescentes, gozam de proteção especial e integral, tendo em vista a sua importância na sociedade. A família é a célula básica da sociedade e esses jovens constituem o futuro do País. A formação da personalidade concretiza-se no seio familiar e o ensinamento de valores morais, religiosos e de bons costumes começa na infância.

O sexo existe para ser usado na realização da pessoa humana como expressão do amor verdadeiro e não para ser objeto de comércio, de abuso de incapazes e de exposições pornográficas como tem sido utilizado atualmente, submetendo todas as pessoas a uma visão distorcida e não condizente com a dignidade humana.

Se os indivíduos maiores e capazes quiserem se prostituir que o façam sob sua inteira responsabilidade e suportando as consequências de seus atos. Porém, induzir e incitar outros a tais práticas, inclusive menores, constitui atividade ilícita.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preocupou-se em resguardá-los dessa imoralidade, no Capítulo destinado à prevenção especial que trata da informação, cultura, lazer, esporte, diversões e espetáculos.

Quanto às emissoras de rádio e televisão, a legislação estipula que deverão exibir para o público infanto-juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

O estatuto protege as crianças e adolescentes em relação às fitas de vídeo, publicações em revistas e outras destinadas ao público, exigindo que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca e as revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições e deverão respeitar os valores éticos da pessoa e da família.

Com o objetivo de corrigir os abusos que vêm sendo cometidos, oferecemos esta proposição, que proíbe a veiculação de anúncios de sexo na imprensa escrita, no rádio e na televisão. Por se tratar de medida que irá disciplinar o descontrole nos veículos de comunicação social, pedimos aos ilustres Pares o apoio à iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 553/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a AMA-VIG - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista - Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/10/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A AMAVIG - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista, é um instrumento dos moradores que tem o dever de exigir a satisfação das necessidades dos moradores procurando, promover e contribuir para formação e desenvolvimento da vida comunitária.

A mesma vem desenvolvendo atividades esportivas, Audiências Públicas, e propondo alternativas sociais, políticas e econômicas, para o bem viver das pessoas.

A Associação representou as entidades afins do Paraná no 10º Congresso da CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores) em Paula Freitas na Bahia, em Lauro Freitas - Bahia.

A entidade tem participado de debates importantes em conselhos estaduais, como é o caso da saúde.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati, lembrando aos Srs. Deputados que, a convite da Mesa Executiva, teremos hoje no Grande Expediente o pronunciamento do Diretor-Presidente do IAP, Dr. Vitor Hugo Burko, que vai falar, a pedido de alguns Deputados, a respeito do IAP, do problema do lixo, e usará do Grande Expediente, podendo inclusive ser questionado por V. Exas. Também agradeço a presença dos assessores do IAP, sejam bem-vindos a esta Casa.

Concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch, pela ordem.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Teremos primeiro o Pequeno Expediente e aí, encerrado o Pequeno Expediente, teremos a palavra do Vitor?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Era essa a dúvida. Achei que poderia ser antecipada a palestra ou a exposição do Presidente do IAP antes das manifestações do Pequeno Expediente. Mas acho que é até melhor, para que os Deputados possam chegar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, Deputado Jonas e Deputada Luciana.

Recebo aqui o Semanário do Paraná, circulando em Curitiba e Região Metropolitana. E a visita da Deise, que é Diretora de Comunicação da UPE, a União Paranaense dos Estudantes.

Tenho e-mail do Sargento Mauro: *Deputado Belinati, agradeço o seu empenho para a aprovação do nosso subsídio. Tenho certeza e fé em Deus que teremos justiça na valorização de nós policiais do Paraná. Obrigado, Sargento Mauro.* Já são 26 Deputados que assinamos uma emenda constitucional que, se aprovada, estará acima até do Governador Requião, que terá que cumprir a emenda constitucional para pagar em forma de subsídios os policiais militares do Paraná, que hoje têm uma perda acumulada de 30% dos seus vencimentos.

Também tenho e-mail do Valdinei: *Gostaria de agradecer as suas orientações e tal...*

Muitos e-mails chegando e temos que dar uma satisfação ao nosso povo.

Da Cidade de Foz do Iguaçu tenho do João Batista: *Deputado Belinati, queria saber quem vai pagar a conta dos eventos do pré-sal. Dou exemplo, como o senhor sabe que no ano de 2011 o Lula tem que entregar o Governo. Pois bem, a Copa do Mundo em 2014 vai gastar muito para preparar o evento, logo depois teremos as Olimpíadas, em 2016, o que são nada mais, nada menos, do que R\$ 250 bilhões que vão mexer no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que é um dinheiro do trabalhador.* Aí o cidadão de Foz do Iguaçu, que é um trabalhador, já está preocupado, porque de repente o Governo vai gastar muito com Copa do Mundo e com as Olimpíadas, e o dinheiro vai fazer falta para melhorar a condição de vida dos trabalhadores.

Temos o e-mail da Polícia Militar, em que a sugestão do JP Policial é interessante: *Deputado Belinati, gostaria de dar uma sugestão ao Governador: enquanto não aprova o subsídio, deixar nós, policiais, fazermos mais que uma escala extra por mês, o famoso "cenzão". Embora há muito tempo defasado, esse "cenzão" nos ajuda no final do mês. Se eu pudesse fazer três ou quatro escalas a mais já ajudaria na grande defasagem dos policiais militares nos quartéis e nas ruas, e a população agradeceria.* Então, esse policial quer trabalhar, ele não é preguiçoso. Governador Requião, permita aí o "cenzão" para os policiais.

Recebemos e-mail do Valdir Aparecido dos Santos: *Ao eterno Prefeito de Londrina o nosso abraço carinhoso.* Fernando Barros e Valdir.

E-mail de Neile Bueno: *Em Ponta Grossa só se consegue marcar consulta com 45 a 60 dias de antecedência.* E essa pessoa chegou no dia marcado para a consulta, espera de 45 a 60 dias e daí chega no dia e falam: "Ainda não dá para atender, volte depois". Doença não tem hora para bater na porta de ninguém, ela pode chegar de manhã de tarde, de noite, de madrugada, ou até no feriado. Agora, para o rico não acontece isso, o rico passa mal e é atendido na hora, tem até avião equipado com UTI para cuidar do dodói do rico, mas lamentavelmente é uma vergonha o que acontece na Saúde Pública.

Recebo e-mail do Valdir Gomes para a posse da diretoria do CONSEG Norte, em Londrina.

E tem um e-mail bastante interessante da Ana Chul, aqui de Curitiba: *Deputado Belinati, quero relatar que nos fins de semana, por vários anos eu passeio com meu cachorro no popular "cachorródromo", nas medições do Museu Oscar Niemeyer e do Bosque do Papa, que fica perto da Assembleia Legislativa, atrás da Casa Militar e da Companhia Independência, onde o nosso Governador e o Secretário trabalham. Então, nos fins de semana não estou podendo ir até lá, pois é impossível. Os traficantes de drogas estão aqui junto ao Palácio, junto à Assembleia Legislativa, junto às autoridades que comandam o Paraná, eles tomaram conta, colocando em risco a segurança, a vida das pessoas. Então, está aqui um apelo que fazemos no sentido de que haja uma providência.* Então, alguma coisa tem que ser feita no sentido de restaurar a segurança que a população está questionando, que está precária. Não é apenas a chacina no bairro Uberaba em Curitiba, mas a violência atingiu todas as Cidades do Paraná, e aqui bem do lado do Palácio Iguazu.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Tenho aqui um e-mail do Roberto Mendes Lobo, que está dando amplo apoio na 92 FM para a luta dos policiais militares no pagamento do subsídio.

Hoje os Deputados estão recebendo um material da CUT defendendo a redução da jornada de trabalho. A CUT está aqui presente na Sessão de hoje. Havendo a redução da jornada de trabalho, na pior das hipóteses serão criados milhares de novos empregos no Paraná e no Brasil. Nesse documento tem mitos e verdades sobre a redução da jornada de trabalho no Brasil. É interessante que todos façamos a leitura desse documento. Porque o grande problema do Brasil, hoje, é a falta de emprego.

O Lula está sendo um bom Presidente? Está, mas não está conseguindo resolver esse problema de milhões de brasileiros que não têm emprego. Reduzindo a jornada de trabalho vão se abrir novas portas no mercado de trabalho. Parabéns a CUT! Tomara que os Deputados, Senadores, Ministros e o Presidente Lula entendam a importância da redução da jornada de trabalho, pois vai propiciar a geração de milhões de empregos no nosso Brasil. Dou aqui todo o meu apoio a essa luta da CUT e de todos os brasileiros que entendem a importância da redução da jornada de trabalho.

Para encerrar, assistimos uma cena chocante: vi no Bom-Dia Brasil, hoje pela manhã, houve uma invasão de uma propriedade no interior paulista. E essa fazenda, seu proprietário tinha plantado 1 milhão de pés de laranja, inclusive exportando laranja, trazendo dólares para o Brasil, além da geração de empregos ali. Houve a invasão e, de maneira irresponsável, alguém pegou um trator, essa cena está sendo mostrada para o mundo inteiro, e ali, com

requite de maldade, o cidadão, em nome do MST, foi passando o trator e destruindo os pés de laranja que estavam bonitos, produzindo. É uma pena!

Temos que apoiar a reforma agrária no Brasil, a luta do MST para conquistar terra, porque tem gente que tem terra demais no Brasil. Antes era uma disputa, o magnata comprava 5 mil alqueires de terra e o outro, para não ficar para trás, comprava 8 mil ou 10 mil, e não plantava nada. Ficava com a terra para poder esnobar nas grandes rodadas de uísque. Essa terra tem que ser usada para a reforma agrária, porque o grande problema do mundo ainda é a fome. E o Brasil tem uma terra abençoada. É aquele lema: aqui, se plantando, tudo dá. Mas não podemos destruir o que está produzindo.

De um lado, apoiaremos sempre a luta pela conquista da terra, porque foi, sim, o Presidente Lula e seus aliados que prometeram a reforma agrária, que prometeram terra para quem não tinha, quem sabe, um meio alqueire, um alqueire para plantar. Essa luta devemos apoiar. Mas invasão, Presidente Nelson Justus, imagino que V. Exa. deve ter ficado chocado também, V. Exa. apóia a luta a favor de quem precisa da terra, mas é contra a destruição. É uma maldade que não poderemos apoiar jamais.

Essa cena que a televisão está rodando o dia inteiro já está na CNN Internacional, está nas grandes redes de televisão: o trator entrando na plantação de laranja e botando abaixo todos aqueles pés maravilhosos, bonitos, que estavam produzindo a fruta que faz bem para a saúde, faz bem ao bolso do seu proprietário, faz bem, para os cofres do Brasil, porque é uma grande fonte para fazer dólares com a exportação da laranja para os Estados Unidos e para outros Países de Primeiro Mundo.

Era esse, Sr. Presidente e nobres Pares, o nosso pronunciamento em defesa daqueles que precisam da terra. E o nosso repúdio àqueles que destroem aquilo que é bom e que está produzindo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Francisco Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos e cidadãs paranaenses que nos assistem neste momento.

Quero cumprimentar as pessoas que aqui estão no seu movimento pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Apresentamos no mês passado, um projeto aqui, visando levar para a UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguazu, o curso de Medicina. Esse projeto encontra-se neste momento tramitando nesta Casa de Leis, nas condições competentes. E aqui, desde já, Sr. Presidente, peço o vosso apoio e o de todos os Deputados no sentido de que possamos aprovar o curso de Medicina para a

UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu. O curso de Medicina para a Cidade de Foz do Iguaçu, para a UNIOESTE, *campus* de Foz, se justifica, primeiro, pelas necessidades. Acabei, ou melhor dizendo, contratei uma pesquisa onde a população de Foz do Iguaçu pôde indicar os principais problemas da Cidade de Foz do Iguaçu. E para mim não foi surpresa, a violência aparecer em 1º lugar, 2º lugar foi o desemprego, depois apareceu a Saúde Pública, como sendo o terceiro maior problema da Cidade de Foz do Iguaçu.

Depois, o curso de Medicina justifica, sim, por sermos uma grande região, por Foz do Iguaçu ser uma Cidade polo, com 325 mil habitantes. Somando a população dos demais Municípios da 9ª Regional à população que reside ou trabalha no Paraguai, chegamos a aproximadamente 800 mil pessoas. Em terceiro lugar, o curso de Medicina se justifica para a Cidade de Foz do Iguaçu, até por uma questão de justiça, porque todas as Cidades do porte de Foz do Iguaçu já possuem o curso de Medicina: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel.

Somente, até o momento, Foz do Iguaçu não possui. Estamos defendendo aqui o curso de Medicina, por uma questão de necessidade e também por uma questão de justiça à nossa Cidade, à nossa população e também aos demais Municípios da 9ª Regional de Saúde, e com relação aos brasileiros que residem e trabalham no Paraguai.

Sr. Presidente, além de apresentar esse projeto de lei que pode ser uma motivação política, contratei um projeto técnico que demonstra a viabilidade, onde aparecem as principais Cidades, que são polo, como a de Foz do Iguaçu. Londrina possui hoje 1 mil 651 médicos; Maringá 1 mil e 31; Cascavel, 553; Ponta Grossa 431; e Foz do Iguaçu, apenas 362.

Quando fazemos aqui um comparativo dessas regionais, Ponta Grossa possui 565 médicos; toda a regional que é a 3ª Regional, com 1 mil e 35 habitantes/médico; Cascavel, com 633 médicos; Maringá, 1 mil 168; Londrina, 1 mil 824; a 9ª Regional, que inclui Foz do Iguaçu e outros Municípios como Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel, Medianeira, Serranópolis, Itaipulândia, Missal, possuem apenas 456 médicos.

Todos sabemos, Deputado Luiz Accorsi que é médico e sabe muito bem disso, que a Organização Mundial da Saúde sugere que sejam 1 mil habitantes/médico, vejam a discrepância que existe, quando em Curitiba há um médico para atender 375 habitantes; em Ponta Grossa, um médico para 1 mil 35; Cascavel, um médico para 819; Maringá, um médico para 610; Londrina, um médico para 470; e em Foz do Iguaçu, um médico está para 1 mil 748 habitantes, considerando a população da Cidade e das demais Cidades que compõem a 9ª Regional, somada à população que reside no Paraguai e que não podemos esconder, aqui, que procuram atendimento de saúde na mesma.

Portanto, aqui a nossa defesa neste Parlamento, para que o curso de Medicina vá com urgência para a Cidade de Foz do Iguaçu, para atender toda a nossa região e os brasileiros que moram também no Paraguai.

E aqui quero pedir a solidariedade, o apoio de todos os Deputados, no sentido de que a médio e longo prazo esta deficiência seja reparada com o curso de Medicina na Cidade de Foz do Iguaçu, mas acima de tudo seja corrigida uma injustiça com a nossa Cidade, com a Cidade de Foz do Iguaçu, que enquanto todas as outras Cidades do porte de Foz do Iguaçu possuem cursos de medicina, e aliás, às vezes não apenas um, às vezes duas, três escolas de Medicina, e até o momento nós não temos. E não está difícil, porque se formos pensar que implantar um curso de Medicina na Cidade de Foz do Iguaçu precisasse construir um hospital, mas não, o hospital está praticamente construído, concluído, numa parceria no Município de Foz do Iguaçu e Governo do Estado. O Governo do Estado já passou R\$ 3 milhões para a construção e agora está passando mais R\$ 4 milhões e 500 mil.

Portanto, um hospital não vai ser problema nenhum. E queremos não criar o curso, porque o curso já existe na nossa UNIOESTE, na Cidade de Cascavel. Queremos apenas expansão de vagas, queremos apenas a extensão do curso de Medicina já existente na Cidade de Cascavel para a Cidade de Foz do Iguaçu, e acredito que com isto, com mais esta ação, e aqui quero pedir também a solidariedade, dizer para o Governo do Estado, espero que esteja nos assistindo, que nos ajude a corrigir esta deficiência e essa injustiça que está ocorrendo com o Município de Foz do Iguaçu. Mas espero que com esta ação e com a solidariedade, com o apoio dos Deputados, possamos levar o curso de Medicina para a Cidade de Foz do Iguaçu o quanto antes possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, população do Estado do Paraná.

Hoje é tarde de ação de graças. É uma satisfação ver aqui nesta Casa o meu amigo Vitor Hugo Burko. Foi Prefeito de Guarapuava, quando eu era Prefeito de Paranaguá, e estivemos na Europa recebendo um prêmio pelo nosso trabalho feito na área de preservação ambiental. Estivemos em Portugal, em Caldas da Rainha, quase 15 dias num Seminário, e lá fomos premiados. Satisfação enorme de vê-lo aqui, assim como todos que o acompanham.

E dizer também que nesta sexta-feira, dia 2 de outubro, a imprensa, como faz todos os anos do Litoral, escrita, falada e televisionada, escolhe os melhores do ano e eu, com satisfação, entre 88 pessoas, como professores, empresários, jornalistas, sindicalistas, políticos e outros, fui agraciado com o título Político Destaque do Ano.

É uma satisfação enorme termos parabenizados por toda a população e principalmente por aqueles que estão atentos ao nosso trabalho. Por isso nosso agradecimento a todos os jornalistas, radialistas e ao pessoal da TV. Então, dia 28 de novembro vamos ser realmente homenageados.

E não poderia deixar de registrar nesta Casa que Paranaguá tem um grande amigo, um grande político, talvez o político de maior importância no Estado do Paraná, ele foi Ministro junto aos militantes, com o Collor, foi Ministro com Fernando Henrique e hoje, com o Lula, é Ministro da Agricultura, é o nosso Ministro Reinhold Stephanes, que foi recebido em Paranaguá, na Casa do Barreado, por todos os portuários, sindicalistas, importadores, exportadores, operadores portuários. É uma figura que fazemos questão sempre de parabenizar e homenagear.

Eu, quando Prefeito pela primeira vez, assumi a Prefeitura com problemas no INSS e, indo a Brasília, ele como Ministro da Previdência, me dava seis meses de carência, ligando aqui para Curitiba, para que eu pudesse começar a governar o Município. Posteriormente, este mesmo Ministro gostando - como mostra sempre - de Paranaguá, nos enviava uma verba acima de R\$ 800 mil para a construção da maior creche de Paranaguá, que fica no bairro Esperança. Depois mandou verba para restauração da igreja matriz de Paranaguá. Agora, por fim, há um ano e quatro meses, lamentavelmente, ele mandou mais de R\$ 200 mil para construção de barracas para feirantes, aqueles produtores rurais de Paranaguá que expõem suas mercadorias todos os sábados, das 5h da manhã ao meio-dia, atrás da igreja matriz, e essa verba sumiu, até hoje não foi entregue e nenhuma empresa para construção dessas barracas. Sumiu o dinheiro, as barracas não foram construídas, estamos realmente aborrecidos por isso.

Nosso Prefeito teria que nos dar ontem satisfação quanto a esse problema, a Secretária Maria Célia fez um convite a todos os feirantes, mas não compareceram. Então, é lamentável!

É uma alegria termos sempre junto a nós nosso Ministro Reinhold Stephanes que já nos fez outras promessas com relação à agricultura, melhorias nas estradas das colônias, e sempre que podemos estamos levando o seu nome e agradecendo por tudo que ele fez, está fazendo e fará com relação a nós e ao nosso Litoral.

Sr. Presidente, era só. Tenho mais um tempinho, mas é só isso que eu tenho a dizer a todo o Paraná e a todos os Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem usei esta tribuna e disse que o Governador Roberto Requião era um colecionador de derrotas judiciais

quando eu me referi a uma ação, um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em relação a um decreto governamental que proíbe a transação, ou seja, a compensação de débito às empresas com o Estado do Paraná, que elas fossem quitadas com precatórios alimentícios. Esse decreto foi julgado inconstitucional na sexta-feira. Eu disse ontem, me lembrei naquela hora, de algumas outras leis que já haviam caído também na Justiça, pelo fato de serem inconstitucionais, que é o caso da Lei dos Transgênicos e outras leis a mais, o que dá o título ao Estado do Paraná de campeão em aprovar leis inconstitucionais e decretos inconstitucionais.

Na verdade, ontem eu falei sobre isso e hoje quero falar que também na última sexta-feira através de uma ação impetrada no Tribunal de Justiça pelo Sindicato das Empresas de Publicidade Externa do Paraná - SEPEX, em relação a uma lei que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa, e diga-se de passagem empurrada goela abaixo, que é a Lei Antiestrangeirismo, ou seja, que aqui no Estado do Paraná não poderia-se mais usar qualquer propaganda sem a devida tradução em língua portuguesa, tanto em jornais, revistas, na TV ou mesmo em outdoors. É lógico que sabíamos, na época da aprovação, que essa seria uma lei inconstitucional, porque ela é regulamentada pela legislação federal. E tudo que é regulamentado pela legislação federal, uma lei estadual jamais pode contrapor uma lei superior; ou mesmo uma lei ordinária jamais pode contrapor uma lei complementar; ou mesmo um decreto governamental jamais pode contrapor uma lei existente no Estado, ou mesmo uma lei federal.

Só para dizer como falei ontem, que o Governador era o colecionador de derrotas judiciais. Só para dizer que ontem fiz menção de uma lei que caiu na sexta-feira, um decreto governamental, pela sua flagrante inconstitucionalidade. Hoje anuncio outra derrota do Governador, de uma lei que a Assembleia aprovou, que também caiu na Justiça pela sua inconstitucionalidade.

Não dá para esquecer que vivemos num estado democrático de direito. E o que quer dizer isso? Quer dizer que nenhum Governo pode estar acima da lei, a lei é que é superior. Temos que administrar dentro da legalidade, dentro dos limites que a lei nos permite. Legislar ou administrar fora dos limites da lei é inconstitucional. E qualquer pessoa que se sente prejudicada em relação a um rompimento, ou uma lei, ou um decreto, vai procurar o seu amparo na Justiça. E o que é que a Justiça vai dizer? Vai interpretar a lei. E a legislação está clara nesses pontos que já nos referimos. Aliás, quem já disse isso para nós uma vez foi a Associação dos Procuradores do próprio Governo do Estado, no ano passado, quando muitos Deputados que estão aqui hoje estiveram presentes num café da manhã. Os próprios Procuradores disseram que o passivo que este Governo pode deixar para os futuros Governos poderá ser milionário. E sabemos que isso vai acontecer. Cada rompimento unilateral provoca uma reação na Justiça e a Justiça vai condenar quem estiver errado.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Na realidade essa lei aprovada na Casa, com o meu voto contrário, é a lei que você tem que, obrigatoriamente, traduzir qualquer palavra de idiomas estrangeiros para o português. Isso alteraria logomarcas, alteraria o custo da publicidade, que são nacionais e teriam que ser feitos para o Paraná. Restaurantes, outdoors, nomes tradicionais como Volkswagen, Carro do Povo, teria que ter a tradução do mesmo tamanho para o português nas suas peças de publicidade. Da mesma forma restaurantes tradicionais, Boulevard, tinha que estar lá escrito Jardinete. cachorro-quente, o hot dog teria que estar lá a tradução. Tenho certeza que os primeiros a levarem multa seriam os donos de lojas pequenas, que sempre têm alguma palavra estrangeira nas suas fachadas, nas suas peças publicitárias, nas suas logomarcas. Ou até o dono do cachorro-quente, na esquina de casa, tem um escrito lá, hot dog. O primeiro a levar multa de R\$ 5 mil seria esse comerciante pequeno. Isso não fazia sentido. O mundo hoje é globalizado, há muitas palavras hoje que são internacionais, de todos os Países, independente da língua de sua origem. E há um cerceamento na liberdade de expressão. Felizmente, a Justiça optou pela bom senso e declarou como inconstitucional a lei. Aqui está o Presidente do Sindicato das Empresas de Mídia Externa. Parabéns pela sua ADIN, que foi julgada favoravelmente. Neste caso o bom senso prevaleceu.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado Stephanes Júnior.

Só para dizer que temos uma outra lei que está tramitando aqui na Casa, que acho absurdo e o cúmulo dos cúmulos, quando o Governador do Estado do Paraná manda a seguinte lei para a Assembleia:

Art. 1º O Estado do Paraná somente respeitará os feriados estaduais e nacionais.

Art. 2º Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É tudo o que a lei diz. Quer dizer, é um absurdo a Assembleia querer aprovar uma lei dessas. O Governador não quer respeitar os feriados municipais!

Por exemplo, o Município de São José dos Pinhais, o Município de Foz do Iguaçu, eles têm aniversário do seu Município. Ora, feriado municipal, mas as repartições públicas estaduais, as escolas, os centros administrativos não podem fechar porque o Governo não vai respeitar leis municipais. Que é isso? Que lei é essa que o Governador manda para a Assembleia? Quer dizer, interferir diretamente na autonomia dos Municípios que estão amparados pela legislação federal, de criar as suas datas, feriados municipais, que lei é essa: Qual é o objetivo de apresentar uma lei desta?

Espero que esta lei já seja julgada inconstitucional na Comissão de Constituição e Justiça e que venha para o plenário. Porque se vier para o plenário e o Governo usar o seu rolo compressor, com toda a certeza essa lei também vai cair na Justiça.

É o cúmulo dos cúmulos quando o Governador faz uma lei dessa! Será que é falta de tempo dos seus assessores para pensar administrativamente para o Governo do Estado? Fazer uma lei dessa natureza, dizer: “Eu não vou respeitar os feriados municipais”, isso é o cúmulo!

Mas outro assunto, Srs. Deputados, que queria trazer hoje, não poderia deixar em branco. O que a grande mídia tem mostrado, ontem à noite e no dia de hoje nos jornais. A invasão de uma fazenda no interior de São Paulo. São cenas que, sem sombra de dúvida, independente da ideologia de qualquer partido ou de qualquer cidadão, não é concebível assistirmos na televisão, ontem e hoje, quando o MST - Movimento Sem-Terra, invade uma fazenda altamente produtiva, 1 milhão de pés de laranja, usaram o trator - e com toda certeza o trator da própria fazenda - para derrubar os pés de laranja. A coordenadora desse movimento teve à coragem de dizer o seguinte: “O mundo não pode viver de laranja e de suco, nós precisamos plantar feijão.”

Ora, se todo o mundo plantar feijão? O que é que vai dar?

Não é possível que não sejam enquadrados esses vândalos, esses bandidos que invadem a propriedade produtiva! Não é possível que a nossa Justiça não consiga por uma pessoa na cadeia!

Pergunto aos Deputados e a quem está me assistindo em Casa, pela TV SINAL: o que ia acontecer como senhor, com a senhora que está me assistindo neste momento, se o senhor pegasse um facão, um machado, um trator e fosse na propriedade do seu vizinho derrubar um pé de laranja? o que ia acontecer com o senhor? Processo e cadeia!

O que acontece com o MST? Nada! Não tem personalidade jurídica. Invadem as áreas produtivas.

Aquela cena, meus Deputados, caros paranaenses e imprensa aqui presente, quando vi aquela cena ontem à noite - olha, eu já tenho a minha diferença com o MST, já tenho - mas quando assisti essa cena, me arrepiou, me deu um nó na garganta. Não é concebível num País em que nós vivemos, como o Brasil que se diz um País que dá valor ao trabalhador, que não se respeite o direito à propriedade.

No momento em que esse “movimento social”, que destrói a propriedade, que mete fogo na propriedade, que mata o gado, vende o gado, e como ontem destruíram a plantação de laranjas, uma fazenda produtiva, não vai acontecer nada? Que País é esse?

Será que eu não deveria dizer essa frase: nunca na história deste País se viu tanta bagunça? Nunca na história deste País se viu a baderna solta! Ou os Governos, e quando falo Governos falo Governo Estadual e Governo Federal, cumprem a determinação da Justiça, e no Paraná

temos mais de 70 propriedades invadidas e quase todas com reintegração de posse que não estão sendo cumpridas. Decisão da Justiça não se discute, se cumpre.

Somos a favor da reforma agrária, e claro que somos a favor dentro dos limites da lei. Por que não se cumpriu e não se cumpre um decreto do ex-Presidente da República, área invadida não é objeto de desapropriação, de assentamento? Não, isto não vale hoje.

Pasmem senhores, tudo tem limite, mas aquilo que assistimos ontem, aquilo que assistimos no Rio Grande do Sul, aquilo que assistimos com a Syngenta, no Oeste do Paraná, não dá para aceitar calado. Ou se toma providências urgentes, ou estamos num barril de pólvora e estamos iminentes a um confronto, quando os proprietários contratam segurança e aí é milícia armada.

O que é usar um trator e passar por cima dos pés de laranja? O que é destruir 20 anos de pesquisa? O que é destruir 15 anos de pesquisa na Syngenta, no Oeste do Paraná? O que é isso, pergunto? Deixo para que os Srs. Deputados, para que a sociedade do Paraná, cada um tire as suas conclusões.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Quero parabenizar pelo seu discurso, que merece reflexão com o que ocorreu no Brasil. O retrato disso está lá, próximo de nós, na Fazenda Mitacoré, que era modelo de fazenda e hoje é utilizada pelo chamado Sem-Terra, ou estão usando como tráfico de drogas, e o que é pior, a lei dentro da fazenda é a lei deles, onde fazem o que querem. Já se encontrou caminhão de maconha. É uma vergonha!

Só uma pergunta, quero lhe fazer publicamente: que Brasil é esse, onde vai parar o nosso País?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

É lamentável, Deputado Dobrandino, eu que presidi a CPI da Reforma Agrária no Estado do Paraná, com o Deputado Bradock como relator. Todo o trabalho que fizemos, sempre acompanhado pelo Ministério Público, o Dr. Vanderlei Batista nos acompanhou em todos os trabalhos, tanto nos depoimentos aqui da Casa, como nas visitas que fizemos no interior do Estado, quero dizer que todos os que foram lá ficaram boquiabertos.

Existem aquelas pessoas que têm identificação com a terra, existem. Mas a grande maioria desse movimento não tem nada a ver com o trabalhador rural. A grande maioria dessas pessoas que estão no acampamento e que fazem invasões são pessoas que são arrematadas ao redor da Cidade, levam para o acampamento para invadir as propriedades, e quando vem a Polícia para desocupar, aí é um movimento de guerrilha. Qual é o movimento? É as crianças na frente, as mulheres grávidas atrás, depois as pessoas idosas. Qual é o policial que vai por a mão na criança, ou numa senhora grávida?

Esta é a tática do MST, da Via Campesina, é isto que está acontecendo no Brasil hoje.

Espero que possamos, no menor prazo de tempo possível, solucionar isso. Reforma agrária sim, mas com

a participação do Município, com a participação do Estado, com a participação do INCRA, sem a extensão do MST comandando a distribuição e os assentamentos no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados, imprensa aqui presente.

Na verdade quero seguir o pronunciamento do Deputado Elio Rusch, até porque estamos vivendo - e a pergunta que o Deputado Dobrandino da Silva lhe fez, realmente, e o que a população do Paraná se faz, é esta pergunta: que País é este? Para quê existe a lei? Por que tantos, durante o processo de redemocratização, brigaram para que as instituições fossem fortes, e hoje o povo, infelizmente, desacredita, mas não dos homens, das instituições.

Infelizmente, temos observado as colocações que o Deputado Elio Rusch fez aqui em relação a decisões judiciais, que tanto faz como tanto fez, vale para uns, não vale para outros. Parece que existe - parece não, é fato - existe um poder paralelo que está, pouco a pouco, deixando o poder oficial como paralelo. Tivemos um exemplo claro este final de semana aqui na Cidade de Curitiba, em que o toque de recolher foi colocado por autoridades de fato, daquele espaço onde o Poder Público perdeu o espaço. Não existe espaço vazio, alguém toma conta. O que percebemos em relação ao desrespeito às instituições é que, infelizmente, aos poucos, a população pergunta: "Que País é este? Que Estado é este?"

E isto me leva a fazer uma volta na história e pensar que temos que repensar o Estado Brasileiro. E se nós, homens públicos, não repensarmos o respeito às instituições, o povo fará por conta própria. E só existe respeito às instituições num estado democrático e legal, em que a lei coloque todos os iguais nas mesmas condições. Não podemos ter o privilégio, quando a Justiça determina alguma coisa em relação ao MST e não se aplica. Ali tem um poder paralelo.

Fiz parte, com o Deputado Elio Rusch, com esta Comissão, e percebemos que ali existia uma regra, inclusive em alguns acampamentos eu podia entrar e o Deputado Elio Rusch não podia; "Ah, por que o Reni Pereira pode?" "Porque este é de um partido socialista, o outro não". Ah! Pelo amor de Deus! Isto é poder paralelo dentro do País. E está acontecendo aos montes.

É justamente isso que quero fazer um parênteses, num episódio, num fato que ocorreu nas Cidades de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguacu, neste final de semana. Uma estrada que existe há mais de 50 anos, a estrada que antes de existir a BR-277, ali foi feito

um acampamento dos trabalhadores do grupo, se não me falha a memória, Empreiteira Afonso Camargo, algo assim, mas enfim, era uma estrada anterior à 277. E lá existe, hoje, um outro proprietário da fazenda. Esta estrada, aberta. Logicamente, para chegar em Foz do Iguaçu, em Santa Terezinha, estamos ilhados, não tem como chegar se não pagar, não tem como sair se não pagar, não tem um caminho alternativo como estipula a Constituição Federal, que lá não é respeitada. Muitos, para ir de Santa Terezinha até São Miguel do Iguaçu, se for de caminhão, é R\$ 50. Eles entram nesta estrada e saiam, e o proprietário deixa passar.

O que a Justiça determinou? A colocação de cancelas. O proprietário, a hora que chegou para entrar na sua propriedade, a Polícia lhe algemou. Existe uma lei de algemas. Imediatamente levaram para a Polícia Federal. Cheguei lá antes dele mesmo. Me apresentei como Deputado e como membro deste Poder Legislativo, porque lá aleguei que o DER, que é quem tem a concessão da rodovia, não poderia estar legitimando esse abuso e restringer o direito de ir e vir desse cidadão, que até hoje, para entrar na sua propriedade, passa na frente da sua casa, que está a 100 metros da BR, tem que pagar o pedágio e dar a volta para entrar na sua casa e para sair da sua casa, ele tem que pagar o pedágio. É uma inconstitucionalidade imensa! E o que temos aí? Aplicação imediata, em menos de 24 horas da sentença há a aplicação. Por que as sentenças de reintegração de posse demoram um ano, dois anos, algumas caem no esquecimento, e em relação ao poder das rodovias isso não se aplica?

Quero deixar bem claro que essas exceções é que vão fazendo com que a população, cada vez mais, vá descreditando das instituições. E temos que ter esse cuidado, porque infelizmente percebo que no Brasil inteiro e no Paraná também temos fatos que têm, cada vez mais, levado a população a descreditar das instituições e o poder paralelo está ocupando o espaço que cada dia mais é ofertado a eles, pelo esquecimento do Poder Público naquilo que é o seu dever. A partir do momento em que a população deixar de respeitar por completo o Judiciário, o Legislativo, o Executivo e a Polícia, meu irmão, vai valer a lei da barbárie: quem pode mais, chora menos. Hoje ainda estamos tratando de exceções, mas daqui a pouco essa exceção vai virar regra no Paraná e no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Péricles.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Sem dúvida o Miguel Arraes deve estar se revirando no túmulo neste momento, ao ouvir tantos ataques ao MST, mas isso faz parte da nossa história. Não iria falar sobre esse assunto, mas me sinto na obrigação de dizer algumas palavras.

Vi pela televisão ontem, rapidamente, e acho que foi um erro, mas preciso primeiro ouvir a justificativa do movimento, pois à primeira vista a destruição de árvores de laranja é uma coisa que choca. Agora, acho que não é esse equívoco, não é esse erro que deve servir para que tenhamos um espaço para muitas lágrimas de crocodilo. Em uma sociedade capitalista, onde o próprio capital destrói muito mais do que milhares de pés de laranja quando é do seu interesse, destrói café, destrói plantações, basta que viva em um momento de crise econômica e que aquele produto não dê lucro. Então, as coisas têm que ser mais ponderadas e discutidas com mais profundidade.

Um País que fez brotar uma realidade cruel, País da mais alta concentração da propriedade de terra do mundo, sendo que 2% dos grandes proprietários são donos da metade do território nacional.

Como diz um velho filósofo alemão, a terra é um meio de produção muito particular, porque é um meio de produção finito, tem um limite físico e cada País tem uma dimensão territorial, sendo que se a terra é ocupada, outras pessoas não têm direito à terra. É diferente de um meio de produção como uma indústria ou mercadorias produzidas pelo homem - a terra é um meio de produção finito. E, claro, acho que hoje até as forças mais à Direita reconhecem no MST um movimento social que tem que ser respeitado, e exatamente o MST existe porque o Estado brasileiro não funcionou ou, melhor, funcionou muito bem a favor dos grandes proprietários de terra e das oligarquias agrárias brasileiras de toda a sua história. É um Estado que nunca produziu reforma agrária, e quando forças sociais tiveram poder suficiente, dentro do regime democrático, para tentar fazer uma reforma agrária verdadeira, o que aconteceu? O golpe militar, e aí a legalidade não vale nada mais, porque a força das armas se impõe no Brasil, o regime democrático é destruído durante 20 anos, quando as forças sociais inclusive eram comandadas pelo Miguel Arraes, que é o símbolo maior do partido do Deputado Reni Pereira, o PSB.

Então, realmente são lamentáveis esses equívocos que acontecem, porque dão margem a todo tipo de ataque. Já fiz muita discussão sobre a questão agrária nesta Casa, acho que tem discurso que acaba justificando as milícias privadas, confunde as coisas, já discuti com profundidade essa questão, não subi para isso hoje, voltarei em outro momento, mas isso é importante que se esclareça.

Eu estive, por exemplo, no sábado, na Fazenda Guanabara, em Imbaú, participando de uma congratulação com os trabalhadores sem-terra que ocuparam aquela fazenda há 20 anos. O que eu vi lá? Pessoas vivendo com o mínimo de dignidade, pobres, mas com dignidade, todos eles calçados, com uma camisa, uma blusa, uma calça; fizeram um churrasco bem simples, com arroz, tomate, cebola, salada, mandioca cozida. E me chamou a atenção que uma das lideranças comentava que a Fazenda Guanabara está com uma certa crise de produção, mas mesmo assim, só o fato de eles serem proprietários de

terra dá uma segurança a essas pessoas, eles sabem que hoje podem estar vivendo uma crise produtiva, mas logo a seguir eles vão produzir e vão ter uma vida garantida para os seus filhos. Infelizmente, temos milhões de homens e mulheres no Brasil que não têm esse direito, não têm nenhuma garantia, vivem tolhidos, tangidos como se fossem gado.

A história do Brasil mostra profundamente essa realidade, basta pensar na saga dos gaúchos, um Estado bastante antigo, produziram, plantaram, tiraram mato, quando a terra era produtiva a força do capital chegava e eles começavam o ciclo eterno de peregrinação de suas existências, vêm conquistar Santa Catarina, depois de conquistar o Sudoeste e o Oeste do Paraná, chega o capital, o êxodo rural monstruoso, essas pessoas vão de novo para Goiás, para o Mato Grosso e assim por diante. Esse é o ciclo trágico da existência do pequeno agricultor no Brasil.

Então, é muito fácil atacar o movimento, pessoas pobres, pessoas que nunca tiveram nada, eternos deserdados. Não há nada mais chocante que um País tão rico como o Brasil, que condena milhões de homens e mulheres ao longo de séculos à miséria e ao sofrimento eterno.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade o assunto que eu queria conversar hoje era a realidade de Ponta Grossa. Ontem uma das principais indústrias de óleo de soja, a Bunge, antiga Sanbra, fechou as suas portas, demitiu todos os seus trabalhadores, 150 empregos diretos, 700 indiretos.

Estive reunido na sexta-feira com os diretores da empresa Insol e SGS, que relatavam a crise profunda que se abateu no Paraná por muitas questões, muitas variáveis conduziram a isso, a questão da guerra fiscal interna, a questão da relação preço da soja bruta no mercado internacional e o óleo de soja. Mas eles colocavam algumas solicitações para tentarmos impedir esse processo, e uma das formas seria que eles pudessem trocar o crédito ICMS, que eles pudessem pagar as contas públicas, por exemplo: negociassem com a COPEL, essas empresas gastam muita energia elétrica por mês, negociar com a COPEL esse pagamento através da troca do crédito de ICMS, ou com a SANEPAR, ou com relação ao gás. E em função disso eu conversei com o Secretário Virgílio hoje, e logo depois com o Secretário Heron Arzua, que pediu que as empresas se reunissem e fizessem texto escrito, colocando as suas solicitações para que ele possa analisar a partir do texto escrito e depois ele terá o maior prazer em se reunir com a bancada de Ponta Grossa e com o Sindicato dos Trabalhadores das Moageiras de Óleo de Soja da Cidade de Ponta Grossa.

O Jorge Luiz Pitela, que é o sindicalista muito querido pela sua base, respeitado, estará se reunindo com o Secretário Nelson Garcia amanhã às 10h. Convido todos os Deputados que puderem, para acompanharem essa audiência. Deixar mais uma vez esse apelo nesta tribuna para essa questão que se abate sobre Ponta Grossa. Uma Cidade que tem uma longa tradição com relação à soja, desde a década de 70, tivemos até um momento em que a

Cidade foi conhecida mundialmente como Capital da Soja, tinha até um concurso famoso de Rainha da Soja. É lamentável que a Cidade esteja passando por este momento de crise, mas vamos juntos procurar a solução possível para não colocar tantos trabalhadores na situação de desemprego e desespero.

Para concluir, temos aqui hoje o Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, nosso companheiro, ex-Prefeito de Guarapuava, pessoa que tenho o maior respeito, e já me manifestei várias vezes que Ponta Grossa passa por um momento grave na questão do aterro sanitário. Na verdade a Cidade inteira se levanta contra o aterro sanitário a ser construído nas margens do rio Verde, que é um dos rios mais belos e tradicionais de Ponta Grossa. É um rio que tem um parque da minha infância, mas quando fui Prefeito fizemos um parque lá. É uma região que leva até o Passo do Pupo, que é a passagem do segundo para o primeiro planalto paranaense. Uma região de extraordinária beleza. Fui Prefeito e iria fazer um aterro, é necessário fazer um aterro. O que eu fiz? Fizemos análise de três lugares, tomamos a definição por um lugar, tivemos três Audiências Públicas e quem questionou foi o dono da terra e a vizinhança do local, mas agora a Cidade inteira está se mobilizando.

Tenho um manifesto aqui que começa pela Associação Comercial e Empresarial de Ponta Grossa.

(Lê):

“Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa; Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa - B.P.W; Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção; Associação Médica do Paraná Regional de Ponta Grossa; Câmara de Dirigentes Lojistas de Ponta Grossa; Conselho Nacional de Leigos do Brasil - Ponta Grossa; Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro do Paraná; Fórum Social em Defesa de Políticas Públicas de Ponta Grossa; Movimento Cidadão; Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) Ponta Grossa/PR; Movimento Ética e Cidadania; Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Ponta Grossa; Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios de Ponta Grossa; Sindicato das Panificadoras de Ponta Grossa; Sindicato dos Com. Varejista de Combustíveis Derivados de Petróleo e Lojas de Conveniências do Estado do Paraná; Sindicato dos Docentes da UEPG (SINDUEPG/ANDES-SN).”

A cidade não aceita que seu principal rio, de quatro torrentes, desapareça simplesmente. E a informação que tenho é que o aterro terá um potencial de 3 mil toneladas/dia, quando a coleta de lixo de Ponta Grossa é de 200 toneladas por dia. Cabe nesse aterro privado o lixo de toda Curitiba. Essa é a informação que tenho.

É uma situação que provoca uma revolta na Cidade. Colocamos uma Audiência Pública e vamos debater, provavelmente o nosso Presidente do IAP estará presente, pessoas que admiramos. Quero elogiar a Mesa da Casa, a Deputada Rosane por convidar o Presidente do IAP.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Presidente do IAP - Vitor Hugo Burko que, a convite da Mesa Diretora, indicado pela Deputada Rosane Ferreira, para que possa discorrer sobre assuntos ligados ao seu Instituto, bem como, principalmente, o problema do lixo, dos aterros sanitários, que aflige todo o nosso Estado.

Com a palavra o Sr. Presidente Vitor Hugo Burko.

Sr. Vitor Hugo Burko - Presidente do IAP

O SR. VITOR HUGO BURKO

Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

É uma satisfação muito grande poder atender esse honroso convite para estar aqui hoje tratando, talvez, do assunto mais difícil que a humanidade tem que enfrentar na atualidade, não só aqui no Paraná, mas em todo globo terrestre. Chegamos a um momento da história humana que, ou aprendemos a gerenciar os nossos recursos naturais e retiramos deles, de maneira sustentável, as condições de vida digna para as nossas populações, ou iremos sucumbir diante da nossa própria incompetência diante da própria inércia, e em um prazo que pode ser que ainda estejam vivas as crianças que ainda estão nascendo e que têm uma perspectiva de vida de cerca de 100 anos.

Se voltarmos 100 anos atrás e vermos o impacto que causamos no globo terrestre no último século, vamos ver que não aguenta mais 50 anos, vamos causar um colapso e extinguir a vida humana no globo terrestre.

O IAP é o órgão gestor das políticas ambientais do Paraná, é o pára-choque entre os conflitos sociais e ambientais, entre os conflitos econômicos e ambientais, entre os conflitos políticos e ambientais. O IAP tem o dever e o poder de procurar equilibrar as ações humanas, de modo que elas produzam o mínimo impacto ambiental e garantam sustentabilidade. Se o IAP, os órgãos ambientais, em um sentido geral, se apertam demais, seguram o desenvolvimento; se liberam demais, causam a degradação do nosso meio ambiente e comprometem o nosso futuro. E é nesse cenário que se insere hoje o Instituto Ambiental do Paraná, um órgão que há 22 anos não tem concurso público, que foi a junção de vários órgãos, a antiga SURHEMA, juntado-se com o ITC que depois virou o ITCF, tentando desenvolver políticas modernas e atuais, às vezes com poucos recursos e condições materiais.

Só para que se tenha uma ideia, este ano o IAP já emitiu quase 12 mil entre autorizações e licenças ambientais. No ano passado foram 15 mil e 700 e alguma coisa. Esse número vem crescendo ano a ano por conta da necessidade de um maior controle, de uma maior presença do Estado no gerenciamento das questões ambientais.

O Estado do Paraná, hoje, tem 1 milhão, 160 mil hectares de área conservada. Há 15 anos tinha cento e

poucos hectares de área conservada. Cresceu muito a atuação do órgão nos últimos anos, há uns dias chegamos a 100 milhões de mudas plantadas no Paraná, restaurando aquilo que foi degradado em um programa que começou ainda enquanto Secretário o ilustre Deputado Cheida, que foi muito bem conduzido pelo Secretário Rasca.

O IAP tem se modernizado no afã de bem cumprir o seu mister, de bem realizar essa importante tarefa que o Paraná e que as instituições públicas lhe outorgam. Possamos, nos últimos tempos, por grandes transformações e o IAP vira, cada vez mais, uma referência nacional em gestão de meio ambiente. Agora, há pouco tempo, passamos nos 20 escritórios regionais implantando um conjunto de ferramentas que vêm modernizar, dar transparência e objetivar as políticas ambientais em um cenário onde a subjetividade impera, onde as emoções prevalecem, onde as discussões nem sempre são embasadas em questões técnicas, até porque agora é que começamos nos apropriar das visões técnicas, uma vez que é muito recente essa discussão ambiental. Mas, nesse cenário, o IAP que tem hoje tramitando no seu órgão perto de 50 mil multas, foi capaz de produzir há pouco tempo um novo sistema de aplicação de multas e de cobrança, que é um sistema de via colegiado, já virou exemplo nacional, está sendo implantado em outros Estados, daqui a alguns dias estaremos capacitando São Paulo. Os nossos técnicos estão passando em diversos locais do Brasil, capacitando os outros Estados, para que se utilizem dessa ferramenta que foi construída aqui, pela própria equipe do IAP.

Estaremos dentro de poucos dias lançando na internet um sistema padrão de procedimentos ambientais, que vai servir para que toda a sociedade tenha noção do que se tratam as coisas, qual a legislação, os procedimentos, todas as implicações relativas a licenciamentos e a tudo que se refere. Inauguramos algumas ferramentas bem significativas, como o uso de imagens de satélite para fiscalização e, agora, para licenciamento também. O nosso sonho é de licenciarmos pequenos empreendimentos de baixo impacto, em poucos minutos no órgão ambiental, com todo esse aparato tecnológico e a boa vontade dos nossos técnicos.

O IAP tem construído efetivamente políticas que visam equacionar os graves problemas ambientais no nosso Estado. Há poucos dias foi formatada uma política de equacionamento da solução ambiental dos postos de combustível, problema que se estende a várias décadas e que vinha já há muito sendo discutido e, agora, se encaminha uma solução.

Passamos a encarar e a resolver boa parte dos problemas ligados à mineração, que é tão importante para o desenvolvimento da sociedade. Se não licenciarmos areia, argila, impedimos o crescimento do setor imobiliário ou levamos o setor à clandestinidade e ao total descontrole. Também já está bastante equacionado e tenho aqui, para minha satisfação, a presença de alguns dos principais técnicos, hoje, da equipe do IAP, que me acompanham nesta visita.

Especialmente, além de dar a esta Casa, que tanto respeitamos e admiramos, uma visão geral da questão ambiental do Paraná e como estamos gerenciando, fomos demandados a estarmos aqui, hoje, para falarmos alguma coisa sobre resíduos no nosso Estado. Foram distribuídos aos Srs. Deputados alguns mapas. Temos um mapa mais colorido, que dá conta de toda a situação existente de cada Município no Estado do Paraná. Para a nossa tristeza, mais da metade do Paraná se encontra absolutamente sem solução para a questão de resíduos. Vejam que este mapa se refere especialmente a resíduos domiciliares.

Temos quatro tipos de resíduos principais: domiciliares, industriais, de saúde e de construção civil. Tenho certeza de que para a estranheza desta Casa, a primeira legislação que surgiu no Paraná estabelecendo critérios para a coleta e disposição de resíduos domiciliares, foi exatamente uma lei elaborada por esta Casa no ano de 1999, portanto só há 10 anos atrás.

No início de 1990, a antiga SURHEMA, depois SUDERHSA, e agora se transformando em instituto das Águas, tinha iniciado uma tentativa de equacionamento da questão dos resíduos domiciliares no Estado do Paraná. Realizou-se um amplo esforço, e a partir de um determinado tempo, a Caixa Econômica começou a financiar para os Municípios aterros sanitários.

Quando o Governador Roberto Requião e a sua equipe assumiram o Governo, eles encontraram no Paraná 114 aterros em alguma fase de licenciamento e apenas 14 deles funcionavam em condições satisfatórias. Tínhamos, portanto, em 2002 no Paraná, sete anos atrás, 14 aterros em condições satisfatórias. A partir disto formularam-se várias tentativas de formatação de políticas estaduais de resíduos.

A partir disto também o CONAMA, o Governo Federal elaboraram normativas tentando dar algum direcionamento para os vários tipos de resíduos existentes. Para se ter uma ideia, resíduo de construção civil, por exemplo, só em 2005 surgiu a primeira legislação.

A verdade é que, como sociedade, estamos absolutamente defasados com relação a resíduos. Como sociedade nós erramos no modelo já há muitos anos atrás e hoje a situação que temos no Brasil é totalmente catastrófica. No Paraná é quase catastrófica.

Para que se tenha uma ideia, os aterros de pequenos Municípios, boa parte deles não funciona, até por uma questão de logística. Eu que fui Prefeito sei bem disto. Para que o aterro funcione bem ele tem que ter um trator de esteira e uma pá carregadeira para fazer o recobrimento do material. Aí o Prefeito instala lá o seu pequeno aterro, coloca lá um trator de esteira, uma retroescavadeira, no primeiro momento que acontece uma chuva e que o ônibus escolar fica sem poder transitar, aquele trator sai dali, e quando sai não volta mais, e não voltando aquele aterro virou automaticamente um lixão. Um aterro que não deveria ter vetores, urubus, moscas, ratos, automaticamente, pelo abandono, 48 horas depois do abandono começa o apodrecimento desse material e começa a atração de vetores e o aterro se transforma em lixão.

Não vou citar especificamente Municípios, até porque não quero entrar nas questões políticas, não é este o enfoque aqui nesta tarde, mas aterros que foram inaugurados há 90 dias e receberam a visita dos técnicos do IAP na semana passada, já viraram lixões, ou seja, sequer começaram a trabalhar como aterros, os Municípios de médio porte.

Se por um lado nos Municípios pequenos a logística é praticamente impossível para a realização de aterros sanitários, nos grandes Municípios do Paraná a situação já é de caos. Estamos, até o presente momento, sem saber para onde será encaminhado o lixo de Curitiba. Maringá está numa situação absolutamente idêntica ou até pior, porque lá o aterro já foi, inclusive, embargado. Londrina já deveria estar embargado há bastante tempo. Ponta Grossa também. Guarapuava não é diferente. Paranaguá da mesma forma. Só funcionam perfeitamente no Estado do Paraná, nos Municípios de maior porte, os aterros de Cascavel e Foz do Iguaçu.

Nas grandes Cidades, portanto, a situação é de caos. E nas pequenas Cidades a situação também é de pré-caos.

Analisando este mapa e estou ainda só falando de resíduos domiciliares, eu ainda não estou falando de resíduo hospitalar e industrial e muito menos de construção civil, analisando este mapa vamos perceber que mais da metade do Paraná está numa situação lastimável com relação ao gerenciamento dos seus resíduos.

Se fosse a menor parte, poderíamos dizer que era culpa então desses Prefeitos. Como é a maior parte, só podemos ter a certeza de que o modelo está errado. Não deveríamos, ou não precisaríamos, estar produzindo tanto lixo. Não deveríamos, ou não precisaríamos, estar transformando parte daquilo que produzimos como resíduo em lixo se tivéssemos posturas diferentes.

Pari passu com isso temos a ideologização e a sensibilização extremada das questões relativas a lixo.

Com todo o respeito que lhe devo, Deputado Péricles, mas a situação de Ponta Grossa não é diferente de qualquer outro lugar do Estado.

Quando falamos dos licenciamentos atuais que o IAP vem fazendo, temos que tirar da cabeça os Botuquaras, as Caximbas, os aterros de Londrina. O que o IAP tem licenciado não é isto, absolutamente, o que o IAP tem licenciado, por ser uma absoluta necessidade, por ser o licenciamento de aterros uma solução e não a geração de problema, são visões diferenciadas da gestão de resíduos. O IAP não licencia mais aterros que não façam compostagem, o IAP não autoriza mais, e é o caso de Ponta Grossa e qualquer outro que venha a surgir no Estado do Paraná, o IAP não autoriza mais o lançamento de efluentes líquidos de aterro, tratado ou não tratado, é apavorante quando vemos aqui o que é lançado no Caximba ou no Botuquara, esses lançamentos, sim, produzindo um impacto monstruoso no nosso meio ambiente. O IAP não autoriza mais, daqui para frente, aterros, ou melhor, centrais de tratamento de resíduos. É isso que

o IAP tem licenciado. Não permite mais o lançamento de chorume nos corpos hídricos, não permite mais a existência de vetores. Nós, licenciando aterros verdadeiros, deixando desta inércia coletiva que estamos, que é a inércia dos Prefeitos, a inércia de todos nós, deixando esta inércia, temos a condição, sim, de cobrarmos que os aterros não tenham mais problemas com gás.

Tenho visitado diversos aterros, desde que me elegi Prefeito em Guarapuava visitei aterros na Holanda, na França, na Alemanha, diversos locais do Brasil, tenho acompanhado a evolução dessas tecnologias. Aqui no Brasil mesmo conheço aterros dos quais eu moraria muito próximo, com absoluta certeza, porque não têm cheiro, não têm vetores, não têm lançamento nos corpos hídricos. Mas ao mesmo tempo em que caminhamos para a tentativa de formatação de políticas que garantam a apropriação das modernas tecnologias e as exigências ambientais cada vez mais apuradas, em todo local onde se vai licenciar um aterro encontramos resistência. É a resistência da população que mora próxima, é pela existência de um rio, é pela existência de uma mata, é porque está perto de um parque. Então, é absolutamente impossível, hoje, no Paraná, licenciarmos um aterro sem conflito! Se não licenciarmos aterro corremos o risco, num tempo muito pequeno, de chegarmos no Estado do Paraná numa situação de caos. Eu falo no Estado do Paraná porque lamentavelmente alguns Prefeitos, no aã, na boa vontade de defender os seus municípios, têm elaborado leis municipais proibindo a circulação ou o recebimento de resíduos.

É aí que quero falar a V. Exas. sobre o mapa que trata dos sistemas que temos utilizado, onde estamos trabalhando com compostagem, onde tratamos os outros tipos de resíduos e vamos perceber que, por exemplo; resíduos industriais no Estado do Paraná só temos um, na Cidade de Curitiba. A maior parte do nosso resíduo industrial vai para Santa Catarina e alguma coisa para São Paulo. Se Santa Catarina, amanhã, resolver estabelecer uma lei proibindo a entrada de resíduos de outros Estados, a nossa situação de resíduos, estes sim tóxicos, problemáticos, perigosos, esta situação será de caos. Se Curitiba, amanhã, resolve proibir o recebimento desse tipo de resíduos, Ponta Grossa, Londrina, as outras indústrias do Estado do Paraná entram em colapso, porque não têm onde colocar seus resíduos e portanto não podem funcionar.

Na questão dos resíduos de saúde a situação não é diferente. Temos alguns pontos no Estado do Paraná, temos algumas autoclaves quatro ou cinco, algumas outras estações de transbordo, mas a maior parte dos nossos resíduos também é transportada inclusive para outros Estados, e não há e nunca haverá condição de termos uma autoclave, um aterro industrial em cada Município. Por isso a questão de resíduos transcende as fronteiras municipais. Em primeiro lugar ela tem que ser considerada, daqui para frente, sobre um outro prisma.

Entendo a angústia dos Deputados de Ponta Grossa num sentido geral, mas o que o IAP está licenciando lá naquela área não é efetivamente um lixão controlado, como esses que estamos acostumados. Aquele projeto que foi licenciado em Ponta Grossa e que deve ser licenciado a bem da saúde da nossa população em quantos mais locais pudermos licenciar, foi um projeto que mereceu a análise da SUDERHSA, da MINEROPAR, dos técnicos experimentados do IAP. O Deputado Cheida conhece muito bem os quadros da nossa entidade. E que efetivamente, de acordo com a nossa interpretação, cumpre os requisitos legais.

Uma coisa que precisa ficar bem clara, o poder de licenciar do IAP é um poder discricionário vinculado. Não podemos negar um licenciamento, a quem quer que seja, por uma opinião pessoal de um técnico, por uma questão emocional ou por qualquer outra coisa que não esteja definida em lei. O que o IAP faz é efetivamente interpretar normas legais e condições técnicas e dizer da possibilidade ou não de se instalar determinado empreendimento. E especialmente em se instalando, quais as condicionantes para que esse empreendimento produza um mínimo de impacto ambiental.

É bem verdade que a questão ambiental é bastante controversa, e pela sua modernidade, até é de difícil solução. Mas algumas questões precisamos discutir em conjunto como sociedade, muito mais do que como partido, muito mais do que como líderes, precisamos discutir como sociedade.

Usinas quase não se consegue licenciar. Quando se tenta licenciar uma usina hidrelétrica há sempre uma reação contrária. Aterros não se consegue licenciar, porque há sempre uma reação contrária. E lamentavelmente necessitamos desses dois tipos de investimentos. Se não tivermos aterro, aí sim a situação do Paraná, no que se refere a resíduos, será uma situação de caos.

Muito obrigado.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Gostaria que o senhor pudesse nos esclarecer duas situações. O senhor esteve conosco durante a Audiência Pública inclusive, onde foi questionado a respeito de licenciamentos que estavam sendo concedidos na Região Metropolitana de Curitiba, especificamente dois deles. Se refere a Itaperuçu, e Itaperuçu há um Decreto n° 3411/08, que define a região de Itaperuçu como área de manancial de abastecimento público para a Região Metropolitana de Curitiba. Aquela área que foi feita uma autorização para que pudesse ser feito um aterro, ou uma usina, que pudesse ser dada destinação final para o lixo, é uma área que já está prevista no decreto como uma área de preservação. Então, pergunto: como o IAP licencia esse tipo de área, se há um decreto que antecipadamente proíbe que seja feito? Inclusive houve a suspensão posterior.

A mesma coisa aconteceu também em Fazenda Rio Grande.

Gostaria de saber de V. Exa. se há alguma veracidade a respeito de informações que circularam inclusive em alguns jornais e imprensa em geral, sobre o interesse da empresa América latina Logística em operar o transporte de lixo no Estado do Paraná, e mesmo de fora do Paraná para aterros que estão sendo licenciados. No caso aqui, Balsa Nova, Ponta Grossa. Essas duas questões gostaria que V. Exas. pudesse me responder. Essa que diz respeito a Itaperuçu e Fazenda Rio Grande, e essa outra da ALL, que teria uma associação com uma empresa internacional para trazer o lixo e depositar em Ponta Grossa, nessa região próxima, inclusive que faria um ramal ferroviário e a outra numa área de Balsa Nova, onde estaria sendo licenciado também um aterro sanitário para lixo industrial.

Obrigado.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Deputado Tadeu Veneri, essa informação com relação a ALL, efetivamente não corresponde. O que parece, que temos informação, é que um dos sócios da ALL e também sócio de uma empresa chamada Estre Ambiental, que é uma empresa paulista e que tem aterros em diversos locais do Brasil. Já tive oportunidade de visitar um aterro deles na Cidade de Paulínia. Um aterro, por sinal, muito bem cooperado, que com certeza absoluta oferece. Embora seja da filosofia que devemos partir para evitar os aterros, que tenhamos que estar reprocessando as nossas matérias-primas e utilizando-as melhor, mas dentro do mal necessário dos aterros, esse aterro que visitei em Paulínia é um bom aterro.

O que temos em Balsa Nova, também desta mesma Estre, não é um aterro, não é uma central de transbordo, é uma usina de processamento de resíduos, para que sejam coprocessados nas indústrias de cimento. Então, não corresponde a informação de que isso seria levado para Ponta Grossa, ou para qualquer outro local.

Esses insumos que são trabalhados nessa central de tratamento de resíduos de Balsa Nova, após tratados são encaminhados para o coprocessamento nas indústrias cimenteiras, que têm fornos em alta temperatura, e uma das formas de utilização de resíduos, aqueles que têm poder calorífico, é justamente a substituição de combustíveis, no caso coque de petróleo, por alguns insumos, inclusive perigosos. Pneus, por exemplo, são queimados nos fornos da Votorantin, em substituição ao combustível de forma totalmente desejável, inclusive. Não só permitível, como desejável, porque é uma forma de efetivamente resolvermos o problema de alguns insumos perigosos, que se fossem depositados em aterros, ficariam, às vezes, por diversas décadas a pairar sobre as nossas cabeças.

Quanto à questão das áreas de manancial, a maior parte da Região Metropolitana é área de manancial. De várias Cidades do Paraná temos áreas de manancial onde existem atividades impactantes também. Há um mito em relação a essas áreas de manancial e, também, as APPs

que são áreas de proteção, de que nessas APPs e áreas de manancial não se pode fazer nada. Se pode sim. Tem que ter um cuidado maior nessas áreas. Temos que estabelecer condicionantes que efetivamente deem uma garantia maior de qualidade ambiental, mas não são excludentes de atividades. Porque se assim fosse, as duas atividades de maior risco que temos hoje, como seres humanos, são os depósitos de defensivos e os postos de combustível.

Postos de combustível vêm, há muitos e muitos anos, impactando o meio ambiente. Até algum tempo atrás, cerca de uma década sem nenhum controle, agora já com algumas políticas definidas e um controle mais efetivo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, quero antes de mais nada saudar Vitor Hugo Burko - Diretor-Presidente do IAP, ex-Prefeito de Guarapuava, meu amigo pessoal, e agradecer pela sua presença nesta Casa, trazendo algumas informações e esclarecimentos importantes para os Deputados Estaduais e para a população do Estado do Paraná.

Quero aproveitar a oportunidade, no início de meu mandato apresentei um projeto onde estipulávamos um prazo para que os protocoladores no IAP fossem respondidos. Discussões aconteceram aqui, acabamos na oportunidade retirando o projeto. Uma das argumentações colocadas é de que existia um grande volume de serviço e um número insuficiente de funcionários no quadro do IAP, que seria necessário uma contratação de novos funcionários em função de um longo tempo de inexistência de contratação.

Uma outra pergunta, aproveitando justamente a análise que fazemos neste momento, é na questão das regionais. Nós visualizamos muita dificuldade estrutural dos escritórios regionais, não só pela pauta de funcionários, mas como muitas vezes também pelo aspecto financeiro. A remuneração nem sempre é compatível com a sua responsabilidade, até porque muitas vezes ele é responsabilizado pelos seus atos e pela sua assinatura.

A pergunta que quero fazer, de forma muito clara e objetiva, é qual a real situação do Instituto Ambiental do Paraná com relação ao número de servidores, se é ou não suficiente, na sua visão como Diretor, e qual a real situação com relação à questão de remuneração funcional, se ela vem a contento ou se realmente a visão que temos, pela nossa atividade no interior e pelas conversas que temos, é a verdadeira.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Temos problemas funcionais muito sérios na entidade. No ano de 1994, são os últimos dados que consegui levantar com segurança, tínhamos 250 funcionários que trabalhavam no licenciamento. Hoje são 126.

Há 15 anos o IAP emitia cerca de 3 mil, entre autorizações e licenciamentos. Agora são 15 mil. Nesses 15 anos quintuplicamos o trabalho com metade do número de funcionários no licenciamento. Nas outras áreas do IAP não é diferente. Tínhamos, há 15 anos, 100 mil hectares de áreas protegidas no Estado; hoje são 1 milhão e 100 mil hectares. Temos, para cuidar disso tudo, 98 funcionários. São 64 parques hoje, temos 99 funcionários para cuidar de todos esses parques.

Verdadeiramente há uma deficiência funcional séria. Temos tentado suprir com apropriação de recursos tecnológicos e com esforço pessoal do quadro de funcionários. Quando assumi a entidade fiz um desafio aos quadros da entidade, e me honro muito de poder dizer que a equipe do IAP aceitou esse desafio e estamos conseguindo promover uma grande transformação. Mas há que preparar o IAP para os próximos períodos, porque a maioria das pessoas que lá estão têm pelo menos 22 anos de serviço. Várias pessoas que já poderiam estar aposentadas continuam nos quadros, porque tomaram para si também o papel e a missão de formatar uma política ambiental razoável para o Estado. Mas num prazo relativamente curto, corremos o risco de perder as inteligências colocadas no IAP para a nova geração que está chegando.

A questão salarial também é grave, um chefe regional do IAP, quando é de fora do quadro, ganha R\$ 1 mil e 670; quando é dos quadros internos ganha R\$ 1 mil e 300. Se fizer algumas horas extras, ou ficar de plantão no final de semana, ele ganha mais do que a chefia. Isso tem sido uma dificuldade muito grande para que tenhamos bons quadros à frente dos escritórios regionais e na própria diretoria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Dr. Vitor Hugo, vi aqui a sua explanação. Existe algum modelo de aterro em Cidade grande no Paraná, que possa servir de exemplo?

O SR. VITOR HUGO BURKO

Os aterros de Cascavel e Foz do Iguaçu funcionam muito bem. Talvez não com a perfeição que gostaríamos, mas um bom exemplo de uma Cidade média é exatamente a Cidade do Deputado Edno Guimarães, Cianorte, e que inclusive passou a receber resíduos de outros Municípios e andou tendo problemas fronteiriços em razão disso, mas um aterro que vale a pena, realmente, ser visitado.

E até fica uma sugestão e um pedido, se posso fazer aos Srs. Deputados: seria importante os senhores fazerem uma comitiva, quem sabe, conhecerem alguns aterros, algumas centrais de tratamento, algumas tecnologias, a

tecnologia que estamos utilizando hoje, para pequenos Municípios, é exatamente da região do Deputado Valdir Rossoni, da Cidade de Bituruna. Propagamos aquela tecnologia. Usamos Tibagi como referencial, pois está no centro do Estado e já temos algumas dezenas de Municípios caminhando para isso, que é uma solução definitiva para a questão dos resíduos. Quer dizer, mais definitivo ainda é impedir que eles sejam gerados já nas casas. Mas, quando vai para a frente da casa, a melhor que temos, especialmente para pequenos Municípios, é exatamente essa de Bituruna.

Queria convidar os Deputados para que conhecessem esta experiência lá em Bituruna, que foi estimulada, apoiada pelo IAP, que está sendo incentivada para todos os Municípios. Em Tibagi foi feita uma unidade modelo, que pudessem conhecer, até para que saibamos, efetivamente, do que é que estamos tratando, porque não podemos mais gerenciar resíduos nestes antigos lixões que tem, ainda, e deixar que a sugestão dos lixões contamine a nossa visão sobre alternativas de verdadeiro gerenciamento de resíduos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A segunda pergunta minha: me parece que há regiões do Estado que enfrentam dificuldades com o lixo hospitalar. Há regiões do Estado em que o lixo hospitalar é levado para Santa Catarina. E de um momento para outro, segundo estou sabendo, parece que Santa Catarina está querendo proibir o lixo hospitalar do Paraná ir para Santa Catarina. Estamos tomando providência, numa eventual necessidade de atender este problema que poderá surgir em breve?

O SR. VITOR HUGO BURKO

É exatamente este paradigma que eu comentava, Deputado. Em Guarapuava, para se licenciar um transbordo de resíduo de saúde, tive que ir lá pessoalmente resolver um conflito da comunidade. Quando tentamos licenciar um aterro, já um aterro de lixo doméstico é uma dificuldades muito grande, e para licenciar um aterro industrial ou um aterro de material de saúde é um conflito absurdo. Aí vem conversa de todo lado, que o IAP está vendendo licença, que o IAP está facilitando. Na verdade, o que precisamos fazer como sociedade, é definir algumas regiões do Estado onde são necessários os aterros industriais, as autoclaves para imunização desse material de saúde. E efetivamente, gerar políticas de estímulo, devemos estimular a criação de bons aterros, e não impedir, porque quando impedimos, ficamos nesta situação de fragilidade. E não é só na questão do resíduo de saúde. No resíduo industrial temos a Essencis (sic) aqui em Curitiba e nada mais no Estado. Toda a região Sudoeste e Noroeste, ou leva para São Paulo ou para Santa Catarina. Ponta Grossa traz praticamente tudo para cá. Se fechar as fronteiras do Estado, nossa indústria para, por não ter onde colocar resíduos.

Este meu quase desabafo, este chamamento que tento fazer à Assembleia, é exatamente no sentido de que possamos, as entidades ambientais, a Assembleia Legislativa, os órgãos de pesquisa no Estado, os órgãos de controle, possamos sentar e definir, objetivamente, uma política de resíduos para o Paraná que nos tire deste risco de caos. Porque hoje estamos num pré-caos com relação aos resíduos domiciliares, num pré-caos com relação aos resíduos industriais, também de resíduos de saúde e sequer começamos a discutir os resíduos de construção civil, que normalmente são depositados nas nossas nascentes, às vezes com resíduos de tinta, às vezes com gesso, produzindo impactos ambientais extremamente significativas e negativos, e não temos sequer iniciada essa discussão. Acho que é hora de sentarmos todos juntos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A minha preocupação é quanto à questão do lixo hospitalar. Sabemos, como V. Exa. falou, que poderá acontecer logo na frente. Qual é providência que está sendo tomada, a nível de Estado do Paraná, em uma eventual situação em que se feche as fronteiras do Estado e não possamos levar o lixo hospitalar para Santa Catarina? O que está sendo feito neste momento para socorrer essas regiões?

Em segundo, só para fazer um comentário, é importante falar sobre o tratamento do lixo do Município de Bituruna, Cidade de 15 mil habitantes, que é autossustentável, não gera custos para o Município e tem servido de exemplo. Mas, se V. Exa. pudesse, até porque fui questionado esses dias, está se tomando providências para socorrer ou para atender a essa necessidade premente das regiões com o lixo hospitalar?

O SR. VITOR HUGO BURKO

Essa providência é a implantação de locais adequados para essa disposição. A princípio isso cabe aos Municípios e ao IAP é o órgão fiscalizador, ou pelo menos essa é a sua função original, embora o IAP esteja hoje tentando funcionar como elemento de fomento, de pró-atividade. Mas, institucionalmente, a nossa função é meramente fiscalizatória e definidora de padrões. É um assunto que, em tese, deveria ser gerenciado pelos Municípios, mas hoje sabemos que efetivamente os Municípios são impotentes, até pela impossibilidade de se fazer uma autoclave em cada Município. E é esse o chamamento que faço à Assembleia: temos que definir uma política estadual para esses tipos de resíduos que têm em risco inclusive maior, sob pena de colocarmos os nossos Prefeitos em xeque e eles ficarem sem alternativas para a solução e a sociedade acabe pagando o preço no meio ambiente, na sua saúde pessoal, pela falta dessa articulação. Mas, Deputado Valdir Rossoni e Exmo. Srs. Deputados, o IAP tem efetivamente buscado a tecnologia, buscado o conhecimento, estamos atrás da integração com a sociedade para que possamos nos adiantar a esses

colapsos, de modo que não cheguemos a uma situação emergencial, porque seria realmente muito triste imaginarmos ter que fazer uma vala, a toque de caixa, para enterrar resíduos hospitalares no Estado do Paraná, caso Santa Catarina feche as suas fronteiras.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para concluir, Sr. Presidente, até porque suscitou uma necessidade de se esclarecer, o que me parece, Vitor Hugo, é que deve haver uma intervenção do Estado para encontrar um determinado local para dar tratamento a essa questão do lixo hospitalar, porque Município nenhum quer, Prefeito não tem autonomia, capacidade de liderança para convencer a sua população para que aquele Município seja e tenha o tratamento do lixo hospitalar. Se não houver uma intervenção firme do Estado em encontrar regionalmente, ou estadualmente, um local para o tratamento do lixo hospitalar, e ficarmos ainda buscando tecnologia, vamos instalar o caos, porque daqui a pouco está lá a barreira na divisa com Santa Catarina, está a barreira com São Paulo e não encontramos a solução.

Nós constatamos que os Municípios, hoje, não têm o poder de intervir nessa situação, porque ninguém quer. Mas, alguém deve, e aí vem a intervenção muito firme do Estado, e aí V. Exa. tem esse poder, nós poderíamos, em um consórcio, seja estadual ou municipal, encontrar uma solução e isso é urgente.

Essa é a minha conclusão e cumprimento. V. Exa.

O SR. VITOR HUGO BURKO

O IAP já tem trabalhado, estamos com um grupo trabalhando há cerca de quatro meses na definição dessas políticas, na localização desses possíveis aterros, tanto para a questão hospitalar quanto a industrial.

O CREA tem trabalhado intimamente junto conosco e tem uma série de alternativas já sendo consideradas. E creio que talvez em 15 ou 20 dias podemos já propor ao Estado do Paraná, o IAP e o CREA podem propor ao Estado do Paraná um conjunto de medidas e de encaminhamentos para que possamos planejar essas ações futuras para que não cheguemos nessa situação de caos. Mas, sem dúvida nenhuma, Deputado Valdir Rossoni, é absolutamente importante é necessária a intervenção do Estado como Governo, da Assembleia Legislativa, dos órgãos estaduais, enfim, para que equacionemos essa gravíssima questão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Queria cumprimentar o Presidente Burko, dizer que é uma satisfação muito grande recebê-lo na Assembleia, principalmente para tratar de um tema, dentre outros, que eu sei que é a sua especialidade. Você,

enquanto Prefeito de Guarapuava, desenvolveu um sistema de tratamento e adequação de resíduos que é solicitado no mundo todo. E eu sei do seu interesse e da sua proficiência nessa área. Por isso, o debate aqui caminha de maneira boa, porque está se tocando em pontos importantes. Mas além de cumprimentá-lo e de retirar aqui da dificuldade do seu trabalho, queria pegar essa linha de raciocínio que o Deputado Rossoni estava desenvolvendo para dizer o seguinte: temos um problema sério, que é em um setor nevrálgico, o aterro industrial por exemplo classe-2, o aterro de produtos perigosos, ele fica absolutamente à mercê da iniciativa privada resolver ou não resolver, estabelecer um aterro.

É claro que a iniciativa privada visa lucro, então ela vai instalar um aterro classe-2, como instalou até hoje apenas um no Paraná, na Capital, onde tem a maior cidade industrial do Estado. Por que não instala lá no Sudoeste do Paraná? Porque o número de indústrias que tem resíduos perigosos é pequeno. Então a lógica do capital, a lógica do mercado, nesse caso atrapalha e muito a questão ambiental. Me parece que tal qual a questão de saúde, não há dúvida, no aterro de resíduos hospitalares de saúde, precisa efetivamente que o Estado determine áreas. Porque o maior perigo é a dança, a ciranda dos caminhões que transportam produtos perigosos pelo Estado, passam por sobre pontes, curvas, mananciais de abastecimento, ou seja, é um convite ao desastre, é um convite ao acidente ambiental e à desgraça.

Então, a minha pergunta é que se dentro dessa discussão que V. Sa. mencionou com o IAP, e até o CREA, e possivelmente outras instituições, se está sendo prevista esta questão, vamos dizer, uma proposta básica de logística levando em conta essas questões?

A segunda é relativamente aos funcionários também. Eu fui Secretário do Meio Ambiente não faz muito tempo, sei das dificuldades do IAP, a morosidade que o IAP tem é plenamente justificável em função do número de funcionários que têm, e só faz o que faz porque a qualificação de quem está lá dentro é muito maior do que se imagina, por isso é que consegue, vamos dizer assim, dar o passo maior do que a perna. Mas a minha pergunta é: há um estudo recente feito no sentido de saber minimamente qual é a demanda de funcionários do órgão, e considerando os escritórios regionais? Na minha época de Secretário, eu sei que havia, foi apresentado ao Governador, ele achou excessivo, mandou cortar e acabou a conversa. Mas existe, quatro anos depois, vamos dizer assim, um estudo mais pontual e que a Assembleia Legislativa pudesse, junto com o IAP, solicitar ao Governador para que haja abertura de concurso, e com isso a sociedade possa respirar um pouco mais aliviada? Claro que a morosidade enseja irregularidade, não só no processo de licenciamento, mas indústrias que começam operar clandestinamente vão embora do Estado. Enfim, todos os problemas que são sociais, ambientais e econômicos.

Eram essas perguntas que eu queria fazer.
Muito obrigado.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Com relação à primeira pergunta, é isso que estamos tentando fazer, além dos fundamentos de uma política de resíduos, uma logística que permita a acomodação disso regionalmente. Temos que ter um destino final para cada uma das regiões do Estado para alguns tipos de resíduos.

Com relação à questão dos funcionários, fizemos um planejamento estratégico no IAP e definimos um novo formato para o IAP, considerando as necessidades dos próximos 15 anos e considerando o fortalecimento de algumas macrorregionais que pudessem dar suporte às outras regionais, diminuindo assim a circulação dos nossos funcionários. Temos vários cenários, com diversas possibilidades diferentes de contratação ou de formatação dos quadros do IAP, de acordo com as necessidades atuais e futuras já considerando as aposentadorias e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia as presenças dos Srs. Gerson Gusso e o Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, companheiros que são os Deputados Elio Rusch. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de registrar a presença do Prefeito Moacir Fadel e do Vereador Sérgio Beliche, de Palmeira.

Parabéns pela iniciativa. Se todos os Secretários, todos os representantes do Governo fizessem o que o senhor está fazendo, tenho certeza, teríamos grandes avanços. Aproveito para fazer uma pequena crítica. No dia 8 de junho encaminhei um ofício, através da Comissão de obras, da qual sou Presidente, perguntando ao IAP mais detalhes a respeito da liberação para o aterro de Ponta Grossa. Parece que o aterro de Ponta Grossa é o maior do Estado do Paraná, de iniciativa privada, ele pode receber todo lixo da Capital, da Cidade de Ponta Grossa e de todos os Municípios da região dos Campos Gerais. Não sei se o senhor teve oportunidade de conhecer o aterro *in loco*. Mas existe uma mobilização muito grande com relação ao local onde será implantado esse aterro.

Ninguém é contra o aterro, pelo contrário, precisamos de um aterro, mas a localização é que nos preocupa. Por isso o seu parecer é muito importante.

Recebi, neste momento, uma pergunta: o que impede que outros empreendimentos privados apresentem projetos para esse mesmo serviço para destinação de lixo urbano? A questão é a questão da Lei Nacional nº 11445, de saneamento básico, porque não existe ainda a concessão para esse aterro de Ponta Grossa.

Queria também aproveitar para fazer um convite ao senhor, que é uma pessoa extremamente responsável, gostaria de convidá-lo, e aos técnicos do IAP, para que, *in loco*, estivéssemos em Ponta Grossa, junto com outros Deputados, Jocelito, Péricles, Plauto, para que possamos avaliar, junto com a população e com outros técnicos também da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o problema do aterro da nossa Cidade.

Agradeço ao senhor.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Acho que é importante esclarecermos algumas questões num sentido geral.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Questão de Ordem**)

Queria completar que vamos ter uma Audiência Pública, Secretário Burko, com o Deputado Cheida, e podíamos, no dia da Audiência, fazer uma visita. Então, queria complementar a sua solicitação.

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Parabéns, Deputado.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Primeiro, quero me desculpar com o Deputado Marcelo Rangel com relação a esse ofício que eu não tenho conhecimento. Eu sei que não é justificativa, a diretoria do IAP responde, por ano, respondeu no ano passado acerca de 47 mil ofícios. Não é justificativa para não termos respondido a esta Casa, ao ilustre Deputado. Mas, peço as minhas escusas e vou, efetivamente, a minha chefia de gabinete está aqui presente, vamos checar para ver efetivamente o que aconteceu com relação a isso, especificamente.

Bom, como é que surgem os aterros? A maioria dos aterros é municipal, alguns aterros são municipais ou locais e é autorizada, concedida a operação do aterro. E alguns aterros, especialmente em Cidade maior, surgem puramente privados, que não tem nenhuma vinculação com o Poder Público. Esses aterros contam com o quê? Contam especialmente com os grandes geradores, até porque Cidades como Londrina, por exemplo, a população para a disposição de resíduos dos supermercados, dos grandes restaurantes, dos grandes geradores que colocam isso, pagam uma taxinha pequena, igual a de um morador, e acabam privatizando o lucro e socializando o prejuízo.

A legislação nacional e estadual determina que os grandes geradores estejam obrigados a dar destinação a seus resíduos, para que isso, justamente, não acabe caindo nos ombros da população e das Prefeituras. Então, os aterros privados surgem aproveitando essas oportunidades dos geradores que têm a obrigação disso.

Em muitos casos os Municípios se interessam por terceirizar os seus serviços com esses aterros, aí depende do processo de licitação e tudo aquilo que conhecemos.

No caso específico de Ponta Grossa, por exemplo, tenho certeza absoluta de que o empreendedor está visando exatamente os grandes geradores. Os volumes não são esses, Deputado, é um equívoco. E, desde pronto, me coloco à disposição para estar lá, junto com a equipe que participou, convidando também a equipe da MINEROPAR e da SUDERHSA, são órgãos que também participaram da interpretação disso, para discutirmos objetivamente.

Só antecipadamente, peço o cuidado ao Deputado Marcelo Rangel e aos demais Deputados, Deputado Plauto, que eu não havia citado anteriormente, para que não politizemos a discussão. Os técnicos do IAP têm sido agredidos historicamente: tomam uma posição a favor, são agredidos por um lado, tomam uma decisão contra, são agredidos por outro lado. As pessoas que estão aqui presentes, que participaram diretamente e que são das áreas de licenciamento estratégico do IAP, são pessoas com a maior credibilidade, com a maior responsabilidade e que atuam dentro de ditames legais. Eventualmente podem estar até sujeitos a falhas, mas quando se falha, inclusive esses técnicos têm a disposição para poderem discutir.

Nesse caso de Ponta Grossa, especificamente, se politizou isso inicialmente de uma forma aberta na imprensa, sem que sentássemos. Talvez tenha sido uma falha até nossa. Efetivamente podemos sentar e tecnicamente discutir a questão do aterro, porque com tudo o que tem havido lá e com a pressão toda - sei que é um atributo do meu cargo receber e enfrentar essas pressões e tenho procurado agir com a galhardia que é necessária - reavaliemos aquele processo diversas vezes, reavaliemos a interpretação da MINEROPAR, da SUDERHSA, reunimos técnicos, e tecnicamente os técnicos do IAP não encontram possibilidades de dizermos não para aquele aterro.

É legítima, de parte da população, a busca da discussão e até o combate à população que quer o melhor para si. O melhor remédio para isso é o esclarecimento. Para que esse tipo de coisa não mais aconteça em outros Municípios devemos começar o processo de esclarecimento em Londrina, em Maringá. Em Curitiba precisamos construir outros palcos para essa discussão. Se há uma coisa efetivamente ruim para o meio ambiente e para a sociedade é ficarmos parados. Aí, não encontraremos nenhuma solução.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Não tenho nenhuma pergunta para o Sr. Vitor Burko. Até porque estaremos no dia 14, nesta Casa, em uma Audiência Pública, onde vamos discutir especificamente o Aterro do Caximba. Agradecer a sua vinda. O meu convite

nasceu de um pronunciamento do Deputado Péricles, nesta mesma tribuna que o senhor usa, onde questionava os critérios para a concessão das licenças ambientais para a implantação de aterros. Consultei o nosso Presidente, que prontamente também se dispôs que fizéssemos o convite. Ao conversar com o senhor, prontamente me disse que viria até aqui.

Muito obrigado.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, chegou ao nosso gabinete por e-mail uma pergunta, que poderia ser respondida pelo nosso Presidente do IAP. A questão da pedreira do rio do Meio, por que ela foi interditada?

À questão do CTR de Ponta Grossa, a grande preocupação de todo mundo é sobre o lixo de Curitiba. V. Sa. é bastante bairrista também pela região de Guarapuava e sei que não permitiria que levassem o lixo de Ponta Grossa para a sua Cidade. O mesmo ocorre com Ponta Grossa e Curitiba. Por melhor e técnico que seja o lixão desse novo CTR de Ponta Grossa, a população não aceita a hipótese do lixo de Curitiba ir para Ponta Grossa. Sabe-se que esse é um grande centro de resíduos, que está sendo feito em Ponta Grossa e que teria capacidade de receber o lixo de Curitiba. A maior preocupação de todo mundo é essa.

Agora há pouco V. Sa. dizia que é discutível a questão do local onde está sendo preparada a área, porque os ambientalistas dizem, a área é determinada pela Prefeitura, através de lei, como um manancial de águas e que não poderia receber aquele CTR. Como o IAP deu essa autorização, em função de existir essa lei municipal, essa lei não foi mudada ainda.

Agora tem um pedido, na Câmara, do Prefeito, pedindo para que esse futuro centro de tratamento de resíduos possa receber também os resíduos industriais. Eu perguntaria se esse CTR de Ponta Grossa é doméstico ou também vai ser autorizado na sequência, para a indústria? Ele vai absorver toda indústria, quem sabe até da grande Curitiba? Porque o que nos parece é que aqui não tem. A população está preocupada. É um manancial de água maravilhoso, através de lei, que diz que é. Tem uma decisão judicial, uma liminar, que o Ministério Público Federal conseguiu, parando tudo. Está tudo parado em Ponta Grossa nessa questão, que não poderia ter sido autorizado em função de ser esse manancial de água.

Ouvi o senhor dizer que é discutível essa questão. Ouvir a sua opinião sobre essa questão do manancial de água, que é uma grande dúvida, se vai receber o industrial também, e a garantia sua, pelo bairrista que é, que o lixo de Curitiba não vai para Ponta Grossa, ainda mais no trem. Ouvi uma entrevista sua outro dia e o senhor dava a entender, claramente, que poderíamos ter o lixo de Curitiba em Ponta Grossa. Isso machuca a todos nós de Ponta Grossa, porque entendemos que cada região tem que cuidar do seu lixo.

Acho que Ponta Grossa pode cuidar da região, mas não de Curitiba.

Este é o pensamento nosso e gostaria de ouvi-lo.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Entendo perfeitamente, Deputado Jocelito, as angústias da população. Como disse V. Exa. eu já fui Prefeito, já estive do outro lado, diversos outros lados, talvez isto tenha até me facilitado um pouco o entendimento das questões internas do IAP - entendo a angústia da população, mas uma coisa precisamos deixar claro - não é a questão do CTR de Ponta Grossa ou não, que vai determinar a possibilidade do lixo de Curitiba ir para lá ou não.

Criada uma situação emergencial, se não tivermos a condição de fazer o gerenciamento do lixo de Curitiba, a situação da Saúde Pública em risco, pode ir até para o Botuquara (sic), uma parte, ou pode ir uma parte para o aterro de Paranaguá até para Santa Catarina ou outros locais.

O que tenho insistido, é justamente em que não licenciado o aterro, num sentido geral, corremos o risco de chegar em várias Cidades do Estado a estas situações emergenciais que nos obriguem daí, com o Exército do lado ou a Polícia, se for preciso, a depositar o resíduo em qualquer local. Não entendo que levar o lixo daqui para Ponta Grossa seja a melhor alternativa. Tenho procurado pessoalmente, desde que entrei no IAP insistido com o consórcio da Região Metropolitana de que se resolvesse, se desse um encaminhamento claro para esta questão, para que não se chegasse a uma situação emergencial.

Nesta semana o Prefeito Beto Richa conversou comigo, ontem e, estaremos conversando para tentar equacionar a situação para que não se chegue a situação emergencial.

Agora, se ela acontecer independente do CTR ou qualquer local com uma condição mínima de recebimento de resíduo vai acabar recebendo, porque aí se coloca em jogo a questão da saúde da população e as questões ambientais são deixadas de lado. É questão de calamidade pública.

Com relação ao fato de ter lá aterro industrial ou não, são aterros diferentes. O licenciamento que está estabelecido lá não é para industrial. O que aconteceu até agora foi análise de resíduos, lixo domiciliar, doméstico. Um aterro industrial naquela área necessitaria de um novo licenciamento, de uma nova discussão, de outros conceitos.

E, por último, o que está se discutindo e foi o IBAMA que levantou nos últimos dias, não é exatamente a questão manancial porque a água de lá não abastece Ponta Grossa e não abastece outras Cidades. É a possibilidade da existência de uma área única naquele local que, segundo a dúvida do Superintendente do IBAMA, na década de 80 lá existia indício de algum pequeno corpo hídrico e que isso não existe mais. Mas é uma questão técnica a ser defendida.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, faltou uma resposta ainda, faltou a questão da pedreira, se pudesse dar uma resposta também.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Essa da pedreira, infelizmente não conheço todos os processos, mas logo em seguida responderei pessoalmente, em contato com os técnicos, porque não tenho conhecimento desse caso específico.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Quero agradecer a sua presença por ter vindo a esta Casa, prestar as explicações que é de suma importância para nós Deputados, para os Prefeitos deste Estado e para a nossa população.

Em primeiro lugar, vou ler uma pergunta que me pediram para que eu fizesse ao senhor do pessoal do bairro do Caximba: é verdade que o lixão do Caximba funciona há cinco anos sem licença de operação? E por que os responsáveis não são punidos?

Esta pergunta não é minha. Pediram para que eu a fizesse.

O SR. VITOR HUGO BURKO

O aterro do caximba trabalha mediante um pacto que foi firmado há alguns anos atrás realmente, e deveria já ter tido alguma solução. O IAP, o mais fácil seria nós, efetivamente, embargamos o aterro, chegarmos lá e lacrarmos, mas a questão é o que vai se fazer com isso? Então, precisamos equacionar o problema para onde se encaminhar. Estamos agora em fase de tramitação no IAP de um pedido de ampliação da capacidade do Caximba, embora seja tecnicamente possível, porque podemos tecnicamente implantar um aterro na Praça Tiradentes - se nós assim quisermos e estivermos dispostos a investir as quantias necessárias e a sofrer os impactos disso - tecnicamente é possível se implantar um aterro em qualquer local. Agora, embora seja possível tecnicamente se fazer qualquer coisa, tenho deixado claro, há muito tempo a minha posição, desde que entrei no IAP contra a ampliação do Caximba, até porque este problema do lixo de Curitiba vem se estendendo há varias décadas, sem que se encontre uma solução definitiva.

Inclusive é o que vou dizer ao Prefeito Beto Richa nessa nossa conversa, que prefiro uma outra alternativa paliativa para não acontecer a emergencial. Quem sabe uma vala em condições adequadas em outro local, mas em condições que efetivamente encerrem o problema do Caximba, do que nós continuarmos simplesmente empurrando o problema para mais alguns meses, um ano e aí a situação perdurando eternamente.

O SR. JONAS GUIMARÃES (PMDB)

Secretário, queria aqui deixar o meu convite para que o senhor vá até Cianorte, tem lá o projeto pioneiro, é a minha Cidade administrada pelo meu irmão que é o Prefeito, é na verdade um exemplo para o Paraná. Acho que pode ser um modelo para os demais Prefeitos, fica aqui o nosso convite para quem quiser visitar o aterro sanitário. Como é que funciona Cianorte? A coleta é feita pela SANEPAR, a cobrança pela SANEPAR e a administração do aterro sanitário, funciona redondamente.

Se acontecer o consórcio com os demais Municípios vizinhos, acho que aí funciona muito melhor, é a proposta da SANEPAR, porque vai baratear o custo para SANEPAR e automaticamente vai baratear para os Municípios que pagam por essa coleta do lixo. Então fica aqui o meu convite, não só para o senhor que faz um belo trabalho frente ao IAP, mas também aos Prefeitos e Deputados que se interessarem em conhecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Nelson Justus, quero apenas dizer que considero Saúde, Educação e Meio Ambiente os três temas mais importantes da atualidade, quero parabenizar a Mesa Executiva dessa Casa por ter proporcionado esta excelente palestra na tarde de hoje, bastante esclarecedora com o Presidente do IAP e quero cumprimentar o Vitor Hugo Burko pela competência e espírito democrático com que atende Deputados da Situação e da Oposição de forma ética, republicana, sempre com muita desenvoltura, tratando as questões dentro da lei e procurando o bem-estar da comunidade. Na minha opinião, Vitor Hugo Burko é um dos melhores quadros do Governo do Paraná, parabéns pela sua excelente palestra e pela sua atuação dinâmica e competente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero agradecer ao Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, dizer que realmente são momentos como este que engrandecem a nossa discussão no Plenário. Combinamos ainda hoje na reunião da Mesa Executiva, de que dificilmente cederíamos o Grande Expediente para quem não fosse Deputado, em se tratando de um Secretário de Estado nós abrimos, sim, esse precedente e temos a certeza que o encontro é salutar porque permite que o Secretário venha até nós, e possa esclarecer as dúvidas que temos e repassá-las aos nossos telespectadores.

Agradeço ao Presidente Vitor Hugo Burko e deixo o microfone para as suas despedidas.

O SR. VITOR HUGO BURKO

Só quero agradecer esse honroso convite, feito pela Deputada Rosane e formalizado depois pelo Presidente Nelson Justus. É da minha satisfação estar aqui na Casa, que verdadeiramente representa as diversas parcelas da sociedade paranaense, que recebe os sentimentos da população no dia a dia e que, tem o dever e o poder de externalizar esses sentimentos através de políticas públicas, que melhorem as condições de vida da nossa população. Encerrar, colocando o IAP e minha pessoa sempre a disposição desta Casa, para que estejamos discutindo muito além dos partidos, muito além das regiões, das posições pessoais, discutindo soluções objetivas para que possamos garantir o meio ambiente saudável para as próximas gerações.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Apenas gostaria de parabenizar o Vitor Hugo Presidente do IAP. Eu iria fazer perguntas, mas não era nessa área, e se tratou exclusivamente da questão do lixo e resíduos sólidos e líquidos. As perguntas que eu faria, era em relação ao Meio Ambiente. Nós, particularmente junto com o Deputado Cheida, junto com o Vitor Hugo já debatemos muito essa questão. Inclusive tivemos reuniões em Brasília debatendo a questão da CNA, do código florestal, da licença ambiental para os empreendimentos que são feitos nas áreas rurais, para os agricultores que não tem ainda averbados os 20% e estão impedidos de receber a licença ambiental com financiamento aprovado.

Mas, esse é um assunto que vou tratar com o Vitor Hugo lá no IAP. Aproveitando a presença do Prefeito de Palotina Luiz Ernesto, que tem uma grande cooperativa, um abatedouro de frango - CEVALE; em Marechal Cândido Rondon - COPAGRIL; COPAVEL em Cascavel; COPACOOOL em Cafelândia; LARA em Medianeira e outros frigoríficos. Só de aves que os avicultores estão com financiamento aprovado no banco para fazer investimento e precisam da licença ambiental, preenchendo todos os requisitos que a legislação requer para fazer esse empreendimento. Está dentro da legislação e pelo fato de não ter os 20% da reserva legal averbados na sua escritura, estão impedidos de receber a licença ambiental para fazer esse empreendimento. Entendemos que é um absurdo.

Espero e apelo aos Diretores do IAP que aqui estão presentes, que é contra o desenvolvimento do nosso Estado. Estamos impedindo que os agricultores possam fazer seus investimentos. Quero trocar ideia com o Vitor Hugo, vou conversar com ele sobre esta questão, espero que os técnicos do IAP determinem para seus técnicos a liberação da licença ambiental, para construção desse empreendimento.

No momento em que o Congresso Nacional está votando o Código Florestal Brasileiro e com toda certeza vamos ter muitas alterações. Terá mudanças.

Quais mudanças? Não sabemos. Provavelmente nem mata ciliar, não precisa ter a reserva legal, quem tem o modo fiscal provavelmente não precisa ter a reserva legal dos 20%. E o agricultor está lá esperando a sua licença ambiental para fazer o seu empreendimento, para que possa construir a sua pocilga, o seu aviário, o seu chiqueiro para poder produzir alimento para o Brasil e para o mundo.

Obrigado.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário da Liderança do Bloco PPS/PMN concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)**O SR. MARCELO RANGEL**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Ainda com relação ao IAP gostaria de dizer que também temos alguns problemas com relação a burocracia, com licenças. Estou estudando, a Assembleia Legislativa poderia encaminhar uma espécie de projeto para que acadêmicos de Direito pudessem participar de uma espécie de Defensoria Pública no Estado do Paraná para encaminhar e auxiliar inclusive esses processos de licença do IAP. Mas, esse é outro assunto, vou deixar para outra oportunidade. Mas, a questão de Defensoria Pública no Estado do Paraná precisa ser abordado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou utilizando a tribuna deste lado, porque daqui eu vi os discursos mais eloquentes a respeito de pedágio da Assembleia Legislativa. Mesmo utilizando a outra tribuna e, também falando a respeito dos absurdos que ocorrem no Estado do Paraná com relação às tarifas das concessionárias, eu escolhi esta tribuna para poder falar a respeito da agência reguladora.

Existe uma lei em vigência no Estado do Paraná, a Lei é de 2002. Como Presidente da Comissão de Obras e Transportes encaminhei o requerimento, ofício ao Sr. Governador para que se cumpra a lei que está vigente no nosso Estado.

Venho através deste documento solicitar a regulamentação da Lei Complementar nº 094, Deputado Kielse, o senhor que já falou também a respeito desse assunto. Porque o que está acontecendo no Estado do Paraná com relação à cobrança indevida dos eixos suspensos pelas concessionárias, poderia ser debatida aqui, na agência reguladora.

Mais uma vez volto a insistir, e vou falar quantas forem necessárias na tribuna da Assembleia Legislativa desse absurdo, disso que considero uma usurpação feita por parte das concessionárias, desse reajuste que fizeram nas tarifas, de pedágio justamente em cima das transportadoras, dos caminhoneiros. Os senhores que viajam muito pelas estradas podem reparar, comecem a reparar

no número de caminhões que possuem os eixos suspensos, que estão trafegando vazios. Podem reparar, o senhor e a senhora que está me acompanhando pela televisão, na TV SINAL, reparem.

Pois agora, de uns dias para cá as concessionárias resolveram cobrar, o que não cobravam. Aqui na Assembleia Legislativa já existia um projeto, o projeto já está praticamente fazendo aniversário que na verdade assegura o direito, porque se cobrar algo que não está previsto, aqui quero deixar bem claro porque no contrato das concessionárias não está prevista a cobrança.

Falou-se desta tribuna sobre algo muito importante, Deputado Romanelli, *pacta sunt servanda*, também, sou bacharel em Direito. Você é escravo do contrato. O contrato muitas vezes supera inclusive alguns regimentos e algumas leis.

Mas nesse caso, Deputado Kielse, Deputado Jonas, não está previsto naquele contrato que foi assinado pelo Poder Executivo e foi aprovado, inclusive, pela Assembleia, pelos Srs. Deputados, que talvez não leram as letras miúdas é por isso que hoje somos escravos dessa indústria, dessas concessionárias que infelizmente acabam cobrando até mesmo o que é indevido. Nesse caso não se aplica, por isso o *pacta sunt servanda* não se aplica.

O nosso projeto na CCJ, hoje, foi avaliado e o relator pediu o parecer da PGE. Acho importante, porque o parecer da Procuradoria dá o alicerce, dá mais peso ao projeto para que seja aprovado. Não tenho dúvida nenhuma da inconstitucionalidade dessa determinação Parlamentar. Não tenho dúvida nenhuma, ela é constitucional, é completamente legal, temos que aprovar com urgência.

O que me dá temor, Deputado Kielse é que com esse atraso vá para a PGE demora-se 10, 15, 20 dias, isso pode ocorrer um problema sério. Porque já existem mobilizações em todo o Estado do Paraná. Tem mobilização na região: de Ponta Grossa, de Londrina. Lá em Foz do Iguaçu o Deputado Dobrandino, estava falando que vai ter mobilização, em Maringá tem mobilização e a qualquer momento vão parar o Estado do Paraná, vão parar pode ter certeza! Recebo comunicados através de e-mails, aqui no meu gabinete recebo muitas informações e o assunto é muito sério Deputado Belinati! Muito sério cobrando o eixo que não está encostando no asfalto, o eixo suspenso. Isso não pode continuar e a Assembleia não pode se calar.

Concordo aparte ao Deputado Cleiton Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Agradeço pelo aparte e com a certeza de que vamos ter essa paralisação. A Assembleia do Paraná pode ter a convicção. A FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná onde estivemos, hoje, com o Presidente Rodrigo Rocha Loures; o Presidente da OCEPAR; o Presidente da FAEP Ágide Meneguetti, todas as cooperativas vinculadas às usinas de álcool e açúcar, o sistema produtivo do Estado está tendo um blecaute hoje econômico.

Um blecaute que não significa apenas a questão dos eixos, Deputado Marcelo, é a soma de todos os fatores negativos que o pedágio está trazendo para o Estado. A licitação original já complicada, explicamos isso, 2002 aditivos; a postergação das obras; as associações e posso falar em nome da associação de Cascavel. Não conheço ninguém em Cascavel politicamente, mas a Associação Comercial e Industrial de Cascavel está se mobilizando para a paralisação por 48 horas, repito, por 48 horas das rodovias de ligação Foz do Iguaçu/Guarapuava. Temos total amparo jurídico para cancelarmos os aditivos de 2002 e do ano de 2000.

Essa soma de fatores, essa briga intensa pelo lucro, lucro que temos que respeitar: quase 6 bilhões e 900 de lucro em 11 anos. Não existe nada neste mundo que dê este tipo de lucro. Só que eles criaram um paradigma de sucesso na área jurídica que não podemos imaginar que a sociedade organizada do Paraná não tenha força suficiente, para combater esse nefasto nome que nós dizemos agora e que poderia ser uma coisa benéfica para a população, chamado pedágio no Estado do Paraná.

me somo às suas palavras, vamos apresentar vários outros projetos de lei nesta Casa, mas temos que junto com a Procuradoria da Justiça, junto com a Procuradoria da República, agora, e amanhã vamos entregar aos Procuradores, aos Juízes Federais e já temos uma sinalização oficial de possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal para sabermos onde estão indo os recursos arrecadados do pedágio. Talvez a maior pesquisa já feita no Estado que já fizemos, mas que tem começo, meio e fim.

Por isso parabênizo V. Exa., conte com a gente e onde precisar a paralisação - independente de multa como o Romanelli e o Anibelli já levaram, estaremos juntos, também, porque não é defesa apenas de uma microrregião, é defesa da economia do nosso Estado.

Parabéns Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado Deputado Kielse. Veja a importância de uma lei específica para esse caso, precisamos, realmente, com urgência aprová-la e também a importância da agência reguladora que está prevista na lei e já era para estar funcionando.

Hoje a BR-277 entre Palmeira e Irati parou. Dois acidentes gravíssimos no mesmo local: ontem uma pessoa faleceu, hoje outra pessoas faleceu no mesmo local. E há muito tempo estamos solicitando para que as pessoas tenham ciência. Desde 2007 apresentamos diversos requerimentos, vários ofícios pela Comissão de Transporte solicitando investimentos, por parte da concessionária naquele determinado local. Infelizmente não nos ouviram. Se existisse agência reguladora isso talvez não tivesse acontecido.

Quero deixar meu protesto, mais uma vez, contra esta cobrança dos eixos suspensos tem que ser cancelada imediatamente e eu não estou propondo isenção, não é isenção. É proibição da cobrança do eixo suspenso.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk.

**Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputado Pastor Edson Praczyk
(PRB)**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, imprensa presente, telespectadores.

Há alguns dias, provavelmente há uma semana e meia, ocupei a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para relatar e registrar a visita de um grupo de pessoas que trouxeram a denúncia, de possíveis irregularidades no processo de escolha de seleção dos candidatos a Conselheiros Tutelares. Eles me relataram, na ocasião, evidentes irregularidades nesse processo que todos nós, como Parlamentares direta ou indiretamente, tomamos conhecimento. Processo esse com determinadas falhas.

O que fiz naquela ocasião, Deputado Tadeu Veneri, que também muito atento está a essa questão como bem outros Parlamentares que estão presentes. Coloquei à disposição desse grupo a minha assessoria, em especial um assessor diretamente ligado com questões similares, e esse trouxe-me um relatório. Um relatório muito específico, um relatório muito detalhado, muito bem elaborado que acabou despertando, neste Parlamentar, mais dúvidas com respeito à lisura desse processo.

Quero deixar bem claro, senhoras e senhores, que em momento algum ocupo esta tribuna ou ocupei anteriormente para tecer críticas a esse ou àquele Conselheiro Tutelar. Mas, de fato, e isso foi comprovado por minha assessoria, por minha equipe muitas coisas trouxeram estranheza no que diz respeito a determinadas exigências que foram impostas aos pré-candidatos, aos novos candidatos, aqueles que aspiram a vaga de Conselheiro, pesadas para uns pelas determinadas exigências e em contrapartida para outros já que vão para a reeleição - Deputado Ademir Bier, não se teve a mesma severidade no que diz respeito a algumas exigências, alguns pré-requisitos.

Destaco entre essas exigências de que algumas das pessoas que nos procuraram foram muito claras em afirmar, que era pré-requisito apresentar a declaração de duas autoridades públicas cancelando a lisura, a honestidade, a índole desse candidato. Os Conselheiros que já ocupam essa importante função não tiveram essa exigência, além de outras exigências mais.

Não satisfeito com o relatório elaborado por minha equipe, fiz questão pessoalmente de visitar o Comitê e conversar com a equipe ou a representante, a advogada responsável pela equipe que está gerenciando, administrando todo esse processo. Inicialmente mesma não pôde me atender, a responsável pelo assunto não pôde me atender. Estava numa reunião, sabendo-se, também, que contatos anteriores foram feitos e sequer o retorno nós tivemos.

In loco, ali, fui atendido por outra advogada, a advogada me deu toda atenção Dra. Fabiani, fiz junto com assessor que me acompanhava alguns questionamentos, os mesmos questionamentos que foram abordados por essa comitiva que nos visitou na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Questionei por exemplo, o porquê de alguns dos pré-candidatos que reclamavam que estavam sendo tolhidos das informações. Questionei por exemplo, o porquê da restrição, como comprovante de residência, o documento de locação, o que teve pessoas que foram tolhidas do processo ou que apresentaram não a conta de água, nem a conta de luz que era o documento que eles aceitavam.

A maior surpresa, ouvi dos lábios da advogada a que estava ali respondendo pelo conteúdo de que realmente muita coisa foi feita às pressas ou a toque de caixa ou sem nenhum preparo adequado, sem nenhuma logística adequada para que o processo tramitasse com toda a lisura necessária a eleição os novos candidatos. Por exemplo, os atendentes foram rigidamente treinados para receber os documentos prévios, foi o que essa advogada afirmou para mim e para o meu assessor. Toda uma equipe foi investida de treinamento, para que se recebesse o documento previamente se desse ou não o protocolo garantindo a pessoa de estar inclusa nesse pleito. Foi orientado a essa equipe, que não recebesse nenhum processo com falta de documentos e ela confessou ali que houve falha no recebimento desses documentos, porque muitos processos foram recebidos, embora com falta de documentos.

Foram orientados essa equipe, que não recebesse nenhum processo com documentos errados e, muitos processos foram recebidos com documentos errados. Foi orientado não fornecer o número da candidatura contido no protocolo de inscrição e foi fornecido. Alguns até saíram já sabendo o número que concorreriam e com incentivo da pessoa do tipo: "Olha você já pode ir para guerra, já pode conquistar os votos, esse é o seu número".

Percebe-se que a equipe ou as equipes, que previamente tinham sido amplamente bem treinadas não foram tão bem treinadas assim e se o foram fizeram justamente o contrário, tornando o processo que deveria ser perfeito do princípio ao fim, tumultuado.

O cúmulo do absurdo foi dizer aos candidatos que a partir daquele momento, mesmo não publicado o nome dos aprovados ou habilitados, que eles poderiam já ganhar votos. Lista essa que só foi divulgada hoje. Tenho inclusive a cópia. Está aqui a lista dos aprovados.

Volto a essa tribuna, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para fazer aquilo que todos os Legisladores temos o compromisso de fazer, que é o de fiscalizar. Embora na esfera municipal e tratando-se de um órgão ligado à Prefeitura de Curitiba, não poderia este Parlamentar vendiar os olhos, tapar os ouvidos e não colocar-se à disposição de um grupo de pessoas que particularmente não conhecia anteriormente, mas entendi que

por se tratar de cidadãos que sentiam-se tolhidos do direito, do simples direito, de disputarem, de concorrerem a uma vaga de Conselheiros Tutelares e que não estavam encontrando apoio em nenhum dos lugares por onde andaram.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que na minha opinião o Comtiba ou os organizadores ligados ao Comtiba não contavam com o grande número de recursos, a avalanche de recursos elaborados por advogados - eles não esperavam por isso - o processo foi gerido por pessoas despreparadas, que é esta questão de terem curso, preparados, foi só para inglês ver.

Finalmente, desde o princípio, pelas irregularidades que foram apontadas, todo o processo já estava viciado desde o início. Portanto, estou aqui junto com toda a Assembleia Legislativa, para acompanhar até o fim esta questão e garantir a este cidadão, o direito de disputar a vaga de tão importante cargo para a sociedade, que é o Conselheiro Tutelar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado ao PT, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Venho a esta Tribuna na tarde de hoje porque gostaria de fazer duas referências. A primeira, com relação ao que o Deputado Pastor Edson Praczyk colocou. E me parece que ainda teremos desdobramentos deste problema, porque algumas pessoas, agora à tarde, quando saiu o resultado, não foram habilitadas por questões que são altamente discutíveis, inclusive, algumas delas com endereço trocado.

Acho que a Prefeitura de Curitiba e as pessoas que estão fazendo, certamente buscarão responder adequadamente, porque senão o fizerem, não tenho dúvida de que por medidas judiciais a própria eleição será suspensa, o que é muito ruim para o Município, para a população de uma forma geral, porque o Conselho Tutelar é uma conquista de todos. Mas, acho que voltamos a este tema amanhã, assim com não vou fazer também, hoje, alusão a um Pedido de Informações que estou apresentando aqui a respeito da sindicância que foi feita em Ponta Grossa. E esta sindicância, queremos saber qual o resultado, daquele centro de socioeducação e reabilitação de jovens que estão lá e que, Deputado Jocelito Canto, V. Exa. acompanhou, numa reunião que tivemos com a Secretária Telma e com o Deputado Péricles de Mello, estamos esperando para saber qual o resultado da sindicância.

Estou encaminhando um pedido à Secretária Telma, para que ela nos diga se houve a sindicância, qual o resultado, se há um resultado, se esta cópia pode ser

enviada a nós ou não obviamente sabermos quais as medidas que serão tomadas, porque continua havendo um processo extremo de assédio moral na unidade, um processo onde as pessoas estão sendo, muitas vezes, praticamente desqualificadas defronte aos demais. E isto vai ter uma repercussão muito negativa para toda a unidade lá.

O que me traz a esta Tribuna é logicamente, a visita que tivemos além do Secretário Burko, das centrais sindicais, as centrais sindicais trouxeram a esta Casa e entregaram a V. Exa. também, uma comunicação, uma nota técnica do DIEESE que está sendo feita no Brasil inteiro para que possamos buscar, fazer um debate à respeito da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. Nós, em 1988, através da Constituição, conseguimos, movimento sindical e todos os trabalhadores, reduzir de 48 para 44 horas a jornada e naquela ocasião já se buscava as 40 horas, mas não foi possível.

Hoje, 21 anos depois, retoma-se esse tema, inclusive solicitando que as Assembleias criem frentes parlamentares para que possamos acompanhar a votação da PEC que está no Congresso e que deve ser votada neste ano, inclusive, e obviamente que isso deve considerar todos os aspectos. Falava dias atrás com o presidente Rocha Loures, da FIEP, conversei também com pessoas ligadas à Federação do Comércio e nós sabemos que há diversos questionamentos que são feitos, mas sabemos também talvez em nenhum período da história tenha ocorrido uma evolução tecnológica tão grande quanto a que nós tivemos nesses 21 anos no Brasil, com o advento de internet e de outros meios de comunicação, com a facilidade de informações e com a infraestrutura do País melhorando muito. Esse ganho de produtividade que se obteve, é só pegarmos o setor bancário, por exemplo, e vermos o quanto tivemos em ganho de produtividade, o quanto tivemos em ganho tecnológico nesse período.

O que está se falando hoje, é que precisamos repassar esse ganho para a redução da jornada de trabalho. Diferentemente do que alguns entendem, não é apenas a jornada de trabalho alongada que faz com que a indústria de um País se torne competitiva. Fosse assim, Países do Continente Africano ou mesmo da América Latina, que têm jornadas de 50, 60 e até mais horas trabalhadas, por exemplo, no meio rural, seriam altamente competitivos, o que não é verdade. Peguei uma tabela do custo de mão de obra, em dólares, da indústria manufatureira no mundo: na Coreia do Sul são US\$ 13, no Japão US\$ 21, nos Estados Unidos US\$ 23, no Brasil US\$ 4 e na Alemanha US\$ 33. Esses Países, com exceção o Brasil, têm jornada mais reduzida. E o que faz com que esses Países tenham alta produtividade?

Não é jornada de 44, de 50 horas, mas é o contrário. É uma taxa de juros mais baixa, coisa que estamos tendo agora no Brasil, é um período longo de uma inflação baixa, coisa que estamos tendo agora no Brasil, é uma infraestrutura melhorada, que nós estamos agora também começando a ter a adequação do País com portos, aeroportos,

rodovias e ferrovias adequadas inclusive à questão logística, é a educação, que é fundamental e o exemplo chinês é determinante, porque não fosse os 25 anos de educação na China, nós não a teríamos com toda a performance que tem - é claro que a China tem uma diferença de salários, o que não se entra no mérito, mas mesmo na China você pode fazer esse acompanhamento.

Então, o que estou colocando aqui é que vamos fazer um convite a todos os Deputados para que possamos, na Assembleia Legislativa, ter a frente parlamentar em defesa da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, para que as pessoas possam se apropriar também dessa redução da jornada e aumentar com isso o número de empregos, o que o DIEESE hoje estima em cerca de 2 milhões de novos empregos, se tivermos a redução, sem horas extras. Tudo isso tem que ser debatido, agora da nossa parte, nós que somos oriundos do movimento sindical, sabemos que não é verdadeira aquela afirmação que diz que se tivermos uma jornada reduzida, nós vamos perder competitividade. É o contrário, porque nós vamos ganhar em competitividade na medida em que as pessoas tiverem mais tempo para as suas vidas.

Concedo um aparte ao Deputado Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero cumprimentar o Deputado Tadeu Veneri pelo pronunciamento e concordar com ele que nós precisamos, aqui na Assembleia Legislativa, organizar uma frente parlamentar para se somar às entidades que estão estudando esse tema, que estão debatendo esse tema importante e quebrar alguns mitos, como em 1988 quando foi reduzido de 48 horas para 44, também tinha a preocupação de que iria gerar desemprego, que iria parar a economia do País, que isso iria quebrar empresas.

E não foi isso que aconteceu, tivemos uma redução importante, a economia nossa não quebrou, nenhuma empresa nossa foi fechada por isso, melhorou um pouco a fadiga dos trabalhadores, e os Países que já implantaram até uma jornada inferior a 40 horas geraram mais emprego sim, não quebram as suas economias e a sua população tem mais saúde e mais longevidade que a nossa população brasileira.

Portanto precisamos apoiar este importante projeto que tramita em Brasília, e aqui a Assembleia Legislativa pode nesse fórum parlamentar debater e tirar dúvida que porventura ainda paira sobre esta Casa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado Professor Lemos. Sr. Presidente, nós sabemos que esse é um tema bastante polêmico e acho que a Assembleia como sempre faz, abre esse espaço para todos os segmentos. E me parece que será oportuno no decorrer desse período, a PEC que está no Congresso deve ser votada este ano, está se tentando votar este ano, tem mais cinco, 10 anos que está aguardando a votação, mas nesse período que possamos fazer Audiências Públicas, ouvir os

segmentos, ouvir o segmento patronal, ouvir o segmento dos trabalhadores, termos uma radiografia do que significará para nós todos, para a sociedade, a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Venho do sistema financeiro, sistema bancário, sei que nos bancos, apesar da redução, nós tivemos pela tecnologia uma altíssima incidência de doenças ocupacionais, particularmente DORT e LER. E isso significa dizer que mesmo com a redução de jornada, dependendo da situação, as pessoas ainda trabalham muito, que dirá na situação em que nós estamos hoje onde muitas pessoas estão adoecendo, estão entrando em depressão, estão tendo outros tipos de problemas, e que provavelmente a redução de jornada pode contribuir para diminuir isso.

Por isso, esperamos fazer a frente parlamentar aqui Sr. Presidente, e obviamente fazer esse debate com todos os segmentos.

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB, PDT, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(Declinam).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, comunicando esta Casa de Leis que estou filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, e passo a fazer parte da referida bancada com assento nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4875, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, requerendo autorização para comparecer à reunião da Confederação Parlamentar das Américas, como representante da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se em Buenos Aires, no período de 07 a 10 de outubro do corrente ano, com consequente dispensa de presença das Sessões que venham a ser realizadas durante o evento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído ao Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 325/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 049/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Chopinzinho. **Aprovada.** (Publ. no DA n° 071/09, e 29/06/09, em Mensagens).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 383/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 061/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Quinta do Sol. **Aprovada.** (Publ. no DA n° 088/09, e 10/08/09, em Mensagens).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 480/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Toledana de GRD, com sede e foro no Município de TOLEDO. **Aprovada.** (Publ. no DA n° 105/09, e 14/09/09, em Projetos de Lei).

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 066/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor Pio Francisco de Carvalho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (**Lê justificativa do Projeto de Lei n° 066/09**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 184/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui a política estadual de prevenção, controle e erradicação as espécies exóticas invasoras e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBEMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento n° 4879, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão por 04 (quatro) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 04 (quatro) Sessões do Projeto de Lei n° 184/09.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 443/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 072/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 483/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto Palazzolo, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 055/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Pérola. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada.** (Publ. no DA n° 085/09, de 04/08/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 372/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de lotes urbanos específicos ao Município de Pérola-PR, a fim de que sejam desenvolvidos serviços públicos municipais naquela área.

Fundamentação

Os bens integram a Administração Pública e pertencem ao Estado compõem o chamado domínio público. Para os administrados, a expressão domínio público pode, ora significar o poder estatal sobre os bens próprios e alheios, ora designar a condição destes. Num sentido amplo, é o poder de dominação e regulamentação do Estado sobre seus bens, ou seja, bens públicos.

Para uma maior organização e controle por parte da Administração, buscou-se classificar os bens públicos em federais, estaduais e municipais, quanto à sua administração, e em categorias, conforme o Novo Código Civil estão divididos em: de uso comum do povo, uso especial e dominicais

No presente projeto de lei, os lotes destinados à doação, são passíveis de alienação, vez que não encontram destinação pública própria e, por conseguinte, integram o rol de patrimônio disponível da administração. Os bens públicos podem passar do domínio público para a particular, ressaltando que os bens públicos são analienáveis enquanto destinados ao uso comum do povo ou a fins especiais, isto é, enquanto tiverem afetação pública - ou seja, destinação pública. Exemplificando, uma praça ou um edifício público não podem ser alienados enquanto tiverem essa destinação; mas qualquer deles poderá ser vendido, doado ou permutado desde o momento em que seja, por lei, desafetado da destinação originária e traspassado para a categoria de bens dominicais, isto é, do patrimônio disponível da Administração.

Assim sendo, conforme artigo 101, do Código Civil, tais lotes não encontram vedação legal para que sejam alienados na forma em que se pretende pelo Poder Executivo. Todavia, a alienação de bens públicos, sendo a doação uma de suas modalidades, necessita respeitar os ditames legais. Para tal, a Lei Federal nº 8666/93 disciplina que para ser válida a alienação de bem público, requer-se a verificação de prévia avaliação, interesse público, licitação e autorização legislativa.

Quando demonstrado o interesse público, a licitação pode ser dispensada. No caso em tela, o interesse público esta presente, vez que nota-se condição para a verificação da doação, qual seja o funcionamento de serviços públicos municipais, devendo os imóveis retornarem ao patrimônio estadual caso não se absorve tal condição, além de respeitar o disposto na Constituição Estadual acerca da matéria. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilização pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. Desta feita, o projeto de lei verifica-se em consonância do Chefe do Poder Executivo Estadual a iniciativa legislativa que disponha sobre a criação, estruturação e atribuição dos órgãos da Administração Pública.

Por fim, quanto à estruturação normativa, não se observa do corpo do projeto de lei a presença de ementa, o que é imperioso à adequação à Lei Complementar nº 095/98. Atente-se que, conforme o artigo 3º, a lei será estruturada em três partes básicas, sendo a parte preliminar composta pela epígrafe, ementa, preâmbulo, enunciado do objetivo e da indicação do âmbito de aplicação das

disposições normativas. Todavia, tal irregularidade formal poderá ser sanada ao momento da fase da Redação Final, caso venha esta proposta legislativa ser aprovada

Conclusão

Desta forma, havendo legitimidade do Poder Executivo para tal proposição e estando o mesmo dentro dos critérios legais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto ficando na constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 372/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Pérola.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação de Serviços Públicos Municipais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 28/09/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/09, que objetiva alterar o anexo II da Lei nº 15793 de 03/04/08, conforme especifica. (altera, conforme especifica, as quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de perícia oficial, do Quadro Próprio dos peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 088/09, de 10/08/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 387/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 387/09, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo alterar o anexo II da Lei nº 15793 de 03/04/08, que modificou as disposições da Lei nº 14687, de 06/04/05, nos termos estabelecidos no anexo único desta lei, onde criou 160 (cento e sessenta) vagas de médico legista, 300 (trezentos) vagas da função de perito criminal, 34 (trinta e quatro) vagas da função química legal, 34 (trinta e quatro) vagas da função de auxiliar de anatomia e necropsia.

A Lei nº 15793, de 03/04/08, estabelecia como exigência para ingresso nestas carreiras, carteira nacional de habilitação da categoria “C”, em decorrência que estes profissionais não utilizaram veículos de carga com peso bruto total superior a 3.500 Kg (três mil e quinhentos quilogramas), o Governador verificando esta falha, objetiva, neste projeto lei, alterar a exigência para ingresso nestas carreiras, a carteira nacional de habilitação da categoria “C” para categoria “B”.

Competência e Previsão Legal

A Constituição do Estado do Paraná no artigo 66, inciso I e II, assevera a competência privativa do Governador de Estado, a iniciativa de leis que dispõe sobre alteração de leis de criação de cargos, função ou empregos públicos na administração, bem como, provimento de cargos.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe sobre a matéria tratada, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detêm de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

Assim, o Governador possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de Lei Estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 387/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar o anexo II da Lei nº 15793 de 03/04/08. Altera a quantidade de vagas por função e por classe na carreira de Perícia Oficial do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública acompanha o parecer, por entender que a medida proposta trará benefícios a um segmento do serviço público do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 387/09, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23/09/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 387/09

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo alterar o anexo II da Lei nº 15793/08, modificando uma das exigências para o exercício das funções de Médico Legista, Perito Criminal, Químico Legal, Toxicologista e Auxiliar de Anatomia e Necropsia, que previa a habilitação de categoria “C”, passando a exigir apenas que os candidatos possuam habilitação na categoria “B”. A proposição recebeu parecer favorável no tocante à constitucionalidade, na CCJ, na Sessão realizada em 15/09/09.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supracitada, visto que cumpre todos os requisitos exigidos, bem como não implica em impacto financeiro-orçamentário.

Pelo exposto, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4850, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente de Sessão anterior. Prejudicado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, queria aqui, publicamente, oferecer a resposta pretendida pelo Deputado Pastor Edson Praczyk. Ele pergunta qual é o departamento da Secretaria de Estado da Educação que faz a avaliação dos conteúdos dos livros didáticos, dos livros utilizados pela rede pública de ensino. Então, quero informar a ele que é o Departamento de Educação Básica, e a responsável, a chefe desse departamento é a Professora Mary Lane. Quero aqui, publicamente, oferecer a resposta ao pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito a V. Exa. que encaminhe a resposta ao Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou encaminhar as notas taquigráficas, se V. Exa. me permitir, porque penso que é satisfatória a informação que dou em relação ao pedido formulado pelo nobre autor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Prejudicado o requerimento.

Requerimento nº 4872, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2104, de autoria do Deputado Professor Lemos, com apoio dos Deputados Péricles de Mello, Luciana Rafagnin, Elton Welter e demais Deputados, constantes do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, V. Exa. pode informar o requerimento do Deputado Professor Lemos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

(Lê o requerimento)

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

O requerimento está imperfeito, muito embora seja meritória a prevenção. Não pode o Deputado José Lemos querer ser Presidente, porque tem que obedecer a proporcionalidade que o Regimento desta Casa determina. Desta forma creio que V. Exa. deveria devolver o requerimento, para que ele seja formulado corretamente, inclusive com o número de integrantes que percebi que não está aí e o prazo de duração, conforme determina o Regimento desta Casa. Na minha opinião, o requerimento está reformulado equivocadamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente.

(Assentimento)

Penso que o requerimento - está corretíssimo o Deputado Nereu Moura - poderá ser retirado pelo autor e reformulado. É interessante, deve ser discutido e faremos uma reformulação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos devolver o requerimento ao Deputado Professor Lemos. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 4880, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Em homenagem ao Deputado Cheida, que quer agilizar a prestação desse serviço, recomendar a aprovação do presente expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aprovado.

Requerimento n° 4868, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Lembrá-lo que é desnecessário o seu requerimento, porque na Sessão de amanhã a Assembleia recebe a diretoria do Curitiba Foot Ball Club, bem como diversos convidados e aficionados do clube, para uma Sessão Solene, às 18h, onde será prestada uma homenagem que V. Exa. sugere neste momento. Quero imaginar que os aficionados deste centenário clube façam-se presentes na Sessão de amanhã.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Amanhã estarei, com certeza, em uma data importante, os 100 anos do maior e melhor time do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Lembrar o nosso estimado Deputado coxa-branca, por natureza, que há 100 anos o primeiro jogo realizado de futebol no Estado do Paraná foi em Ponta Grossa, e os coxas perderam para o Operário.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Pela Ordem)**

Estamos realmente só lembrando no dia de hoje, porque muitos Deputados não foram comunicados deste evento amanhã.

Estamos convidando também, via televisão, a todos os torcedores, que tenho certeza que precisaríamos de umas 15 Assembleias só para recepcionar os aficionados. Também os demais torcedores, dos demais times do Paraná, também estamos convidando para reconhecerem realmente o nosso centenário, do melhor time brasileiro em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado, em que pese, me permita corrigir V. Exa., porque todos os Deputados receberam o convite impresso pelo cerimonial da Casa.

(Lê termos do convite)

Por proposição do Deputado Douglas Fabrício. Foi necessário que viesse um Deputado lá de Campo Mourão pedir aqui a Sessão do...

(Discussões paralelas)

Está aprovado e amanhã estão todos convidados. Só, por favor, faço questão de presidir a Sessão, até porque quem iria presidir seria o Deputado Antonio Anibelli, como ex-Presidente da Casa e como filho e ex-presidente do Curitiba Foot Ball Club, mas por razões pessoais não estará aqui e eu faço questão de presidir a Sessão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

A nossa iniciativa do convite dessa homenagem foi apenas realmente iniciativa, porque o apoio foi tamanho aqui nesta Casa para essa maravilhosa equipe.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Confesso não conhecer o tamanho que V. Exa. se refere, mas estão todos convidados para a Sessão de amanhã.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB)

Só parabenizar a iniciativa do Deputado Douglas e eu não sei o que algumas pessoas aqui têm contra as cores verde e branca, que são muito bonitas, como a vermelha e a preta, do Atlético.

Mas eu não vou poder estar na Sessão, porque amanhã é dia de Nossa Senhora do Rosário, Padroeira da Cidade de Colombo, e vamos estar participando dos festejos em homenagem à Nossa Senhora.

Mas desejo sucesso para o evento do glorioso Curitiba Foot Ball Club.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento n° 4871, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Dona Diva, mãe do Secretário Rogério Tizzot, Secretário dos Transportes, e esta Assembleia associa-se à dor da família e, em nome de todos os Deputados, com o mesmo requerimento do Deputado Kielse, de igual sentido.

Requerimento n° 4867, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4884, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 4873, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4863 a 4865, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4866, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4870, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4876 e 4877, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4885, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 451 e 455/09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/09

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos e Lei nº 365 e 481/09

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Ato do Presidente**

ATO DO PRESIDENTE nº 05/09

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

constituída a Comissão Especial de Investigação - CEI composta pelos Deputados Artagão Júnior, Stephanes Júnior, Cleiton Kielse, Augustinho Zucchi, Plauto Miró, Ney Leprevost, Ademar Traiano, Luiz Fernandes Litro, Pérciles de Mello, Chico Noroeste e Fábio Camargo, com prazo de duração regimental de 120 (cento e vinte) dias, com o objetivo de apurar e apresentar relatório ao Plenário, de fatos referentes à aplicação de recursos públicos em ONGs e demais organizações do terceiro setor, por tratar-se de assuntos de relevante importância para a comunidade paranaense.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Comissão de Constituição e Justiça**Extrato**

OFÍCIO Nº 063/09

Curitiba, em 06/10/09.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 06/10/09, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 393/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 402/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 408/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 410/09 - Parecer favorável

- Projeto de Lei nº 415/09 - Parecer favorável
 - Projeto de Lei nº 419/09 - Parecer favorável
 - Projeto de Lei nº 442/09 - Parecer favorável
 - Projeto de Lei Complementar nº 212/08 - Parecer favorável

- Projeto de Lei nº 467/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 487/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 494/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 508/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 509/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 514/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 517/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 518/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 519/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 520/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 521/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 525/09 - Parecer favorável

(a) DURVAL AMARAL - PRESIDENTE

Atas de Comissão**Especial de Investigação - ONGS**

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO - CEI
 ONGs
 ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, no gabinete da presidência do plenário, reuniram-se os membros indicados para comporem a Comissão Especial de Investigação das ONGs. Sob a presidência do Deputado Antonio Anibelli, foi verificada a existência de número legal e declarados abertos os trabalhos. O Sr. Presidente passou, em seguida, à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, quando foram eleitos os Srs. Deputados Fábio Camargo e Cleiton Kielse para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Fábio Camargo agradeceu a especial deferência de seus Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - 1º Vice-Presidente
 Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Agricultura

COMISSÃO DE AGRICULTURA
 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
 AUDIÊNCIA PÚBLICA
 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA
 PROCEDIMENTOS E ALTERNATIVAS

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, esta Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná realizou no Município

de Prudentópolis, nas dependências do Clube 12 de Novembro, uma Audiência Pública sobre o tema: “Legislação Ambiental e Agricultura: Procedimentos e Alternativas”, sob a presidência da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com a presença dos Srs. Deputados Marcelo Rangel e Felipe Lucas, bem como dos Srs. Gilvan Gibert, Prefeito Municipal de Prudentópolis; Canderói Mainardes Filho, Presidente da Câmara de Vereadores; Adelmo Luiz Klosowsky, Vice-Prefeito e Secretário da Agricultura e Meio Ambiente; Iraci Valmor, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prudentópolis; Edegar Pilatti, presidente do Sindicato Rural; Rui Machado, Prefeito de Guamiranga; Paulo Henrique Andrade, presidente do Conselho Gestor do Território; José Vilmar Montani, presidente da Assintraf; Renato Viana representante da Secretaria de Estado da Agricultura; Rita Pulner, representante do IBAMA e Luiz Carlos Antonio, Presidente da OAB de Prudentópolis. A Sra. Presidente deu por aberta a presente Audiência, a qual transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
Juliana Escher - Secretária

Prudentópolis, 24 de abril de 2009.

O primeiro a tomar a palavra foi o Sr. Adelmo Luiz Klosowski.

- É preciso lembrar que tanto o meio rural quanto o urbano colaboraram, no decorrer do tempo, com a degradação do meio ambiente. No Paraná, a maioria dos agricultores são pequenos e médios, por isso é necessário que as APPs sejam consideradas como Reserva Legal. Os órgãos ambientais não têm pessoal nem estrutura para atender a demanda e cumprir os prazos para a averbação da RL. Mas é necessário que os próprios agricultores busquem a proteção das águas, a proteção do meio ambiente, aliando com a produção, de modo que tenha um equilíbrio que proporcione qualidade de vida a todos. É necessário buscar um desenvolvimento planejado e sustentado, afinal, não dá para se pensar apenas no bem-estar das futuras gerações, sem se preocupar com a sobrevivência da atual.

O Vereador Canderói comentou apenas que só em Prudentópolis são aproximadamente 8 mil pequenas propriedades, muitas delas sem documentos de posse da terra e esse é um entrave para a regularização ambiental. Além disso, destacou que é possível preservar o meio ambiente e tirar a sobrevivência dessas pequenas propriedades.

O próximo a falar foi o Prefeito Gilvan.

- Essa é uma causa de todos. É importante aliar produção e preservação. Queremos deixar um futuro para todos os nossos agricultores. Temos que ter deveres, mas também queremos que nossos direitos sejam respeitados. Que a estiagem sirva de lição para que aprendamos a preservar, para que possamos continuar contando com os bens naturais. Os agricultores não têm, muitas vezes, recursos para regularizar a documentação de suas áreas, além do mais, é necessário que consigamos mais prazo

para que todo esse processo aconteça. É a agricultura que avança o País. O pequeno agricultor preserva, mas está sendo engolido pelo grande que nunca preservou e está interessado em compensar em outras áreas, sem plantar uma árvore, gente com propriedade a mais de 1 mil quilômetros daqui. Temos que incentivar os agricultores a permanecerem na agricultura. Tem muito político que faz as leis sem saber ao menos distinguir um feijão de um besouro, mas que no final das contas se alimenta do que o agricultor produz.

O Sr. Paulo Henrique também fez uso da palavra.

- A legislação ambiental é um assunto tão polêmico e tão importante para a região. Nosso maior problema é a regularização fundiária dos pequenos agricultores familiares, além disso, eles têm dificuldade em transitar nos órgãos públicos. Temos nossa região preservada, mas precisamos rever os prazos finais para averbação. Sem resolvermos o problema da documentação das propriedades fica impossível conseguirmos atender as exigências quanto a averbação. Se o pequeno agricultor não tiver o documento de título da terra, o grande vem e compra a propriedade, regulariza, paga por tudo.

Em seguida, a Deputada Luciana falou aos participantes.

- Com certeza não conseguiremos sanar todas as nossas dúvidas quanto ao Código Florestal nesta Audiência, mas vamos expor sobre onde e como buscar as respostas, caso não saibamos. A intenção da Audiência é promover o debate. Sabemos que não resolveremos o impasse existente, o que faremos aqui é levantar propostas que serão encaminhadas para os entes federais responsáveis pela discussão de possíveis alterações na legislação. O Código Florestal é uma lei antiga, existe desde 1965, só não estava sendo realmente cobrada. Agora, o que não podemos fazer é achar que somente o agricultor é responsável pela preservação do meio ambiente. Essa é uma responsabilidade do meio rural, sim, mas do meio urbano também. Com as Audiências Públicas pretendemos colher as propostas para a elaboração de um documento que represente o interesse do povo paranaense.

O próximo a falar é o Deputado Marcelo Rangel.

- Esse debate precisa ser ampliado no Paraná. Esta Audiência, extremamente importante, com a ampla participação dos produtores, Prefeito, Vereadores e demais autoridades, infelizmente não conta com a participação de nossos representantes federais. Estamos falando de um assunto pertinente à Câmara Federal, por isso precisávamos contar com a participação de nossos representantes. O prazo para a regularização da RL é curto demais, todos sabemos disso, por isso precisamos levar essa informação para nossos Deputados Federais. Podem contar comigo como um porta-voz. Neste momento, nosso Ministro da Agricultura também precisa demonstrar seu apoio aos produtores paranaenses.

O Deputado Felipe Lucas foi o próximo a falar.

- É assim que podem surgir boas propostas. Temos um bom Secretário Estadual da Agricultura e também um bom Ministro, isso é de grande importância. O maior problema de nossa região é a regularização fundiária. Os agricultores sofrem no intuito de deixar algo de bom para seus filhos e netos, sentem a necessidade de preservação, mas precisamos discutir o problema que temos com o pinheiro, uma vez que o Estado não permite o corte nem ao menos para a construção de uma casa na propriedade rural. Estamos todos lutando por um direito já adquirido. Grandes empresas já estão comprando as pequenas propriedades nos pequenos Municípios para reflorestamento e algo tem que ser feito para que se evite o deslocamento dos agricultores para as periferias das grandes Cidades. Não vamos entrar em confronto, mas precisamos de um tempo maior para a regularização.

O Sr. Renato, da Secretaria da Agricultura, fez suas considerações.

- A Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná é a favor de uma agricultura conservacionista, que respeite a vocação das regiões, o solo, as terras, e as pessoas. Estamos à disposição para buscar possíveis soluções para as questões levantadas no sentido de resolver os conflitos dentro dos limites operacionais.

A Deputada Luciana passou a palavra para a Sra. Rita, do IBAMA, ministrar sua palestra.

- Fiquei um tanto preocupada com o desencontro de informações que está acontecendo aqui. O problema maior aqui da região é a averbação da Reserva Legal. Primeiro quero dizer que não é necessária a total documentação de titularidade da terra para efetuar a averbação da RL. Pessoas que herdaram a terra não precisam de inventário judicial, podem fazer isso através de uma homologação judicial, uma partilha. Vocês têm o direito de buscar essas informações e serem bem recebidos nos órgãos públicos. Se forem ao IAP, IBAMA, Secretaria do Meio Ambiente, e não forem bem recebidos e bem atendidos, por favor, procurem as Procuradorias e denunciem. Aquelas pessoas que só tem a posse podem assinar um termo de compromisso para fazer a regularização posteriormente. A lei é de 1965 e desde então todos já deveríamos ter nossa averbação da RL. Não é agora que essa obrigação surgiu. Mas a lei foi abrandada e o que temos que fazer agora é ter um compromisso de como vamos realizar a recuperação dessa área de reserva, ninguém está obrigado a já estar com a RL composta até o final do ano.

Precisamos nos reconciliar com a legislação ambiental, ela não é uma vilã. basta olharmos para os presentes nesta Audiência. Quem está aqui, em sua grande maioria, são agricultores familiares tradicionais, que sempre tiveram um compromisso com o meio ambiente. Por que seus pais, seus avós, seus bisavós não tivessem preservado, certamente hoje não seria possível tirar o sustento da terra. Vou fazer uma explanação sobre todas

as leis que envolvem a questão ambiental. Segundo a Constituição Federal todos têm direito a um meio ambiente equilibrado e a obrigação de preservá-lo é de todos (quem mora no campo, na Cidade, Poder Público, quem tem fábrica, quem tem indústria, quem trabalha com a terra). E temos que respeitar o direito do outro, porque é igualzinho ao meu.

Preocupo-me muito quando se fala em alteração do Código Florestal, porque lembro da catástrofe que ocorreu em Santa Catarina, quando as enxurradas abateram as ocupações das encostas e dos morros que são as APPs. As APPs têm uma razão científica para existirem. Temos que preservar a água, as nascentes. Como vamos cuidar disso se diminuirmos as APPs. Não é necessário se mudar a lei. Ninguém aqui tem até o final do ano para apresentar uma floresta pronta, tem-se esse prazo para iniciar esse processo com a documentação. E o pequeno agricultor tem um cuidado especial, uma atenção especial a lei. A lei está trazendo uma série de benefícios para o agricultor familiar. No entanto, quem tem mais de uma propriedade não se enquadra nas normas para a agricultura familiar, independente do tamanho das mesmas. A RL não é intocável, o manejo, o corte seletivo pode ser feito de forma sustentável.

No Paraná, está proibido o corte de floresta em estágio avançado de regeneração, mas em estado médio e inicial isso é permitido. Estou sentindo que o problema é mais de comunicação com o órgão ambiental, e se está havendo esse problema não é a mudança do Código Florestal que vai resolver. Se vocês não tiverem respostas dos órgãos públicos, denunciem. Servidores públicos são para servir o povo que paga o salário, por isso o mau atendimento é inadmissível. Construções em áreas de APP estão sujeitas à demolição imediata, com exceção das residências que dependem de processo para serem demolidas. Os planos de manejos das florestas estão em vigor, com exceção da araucárias, que só pode ser cortada se foi plantada pelo agricultor e não for nativa.

Abre-se para o público para encaminhamentos.

Problemas:

* plantio de árvores exóticas tomando conta dos pequenos Municípios, permitindo o êxodo rural;

* custos cartorários para a regularização das propriedades;

* as leis são feitas em gabinetes por técnicos que não conhecem a realidade da população.

Propostas:

* que o agricultor familiar possa ter mais de uma propriedade (mais de uma matrícula) onde se enquadre nos demais aspectos da agricultura familiar;

* discutir plano de manejo para corte de árvores;

* pagamento por serviços ambientais são agricultores que preservarem com recursos provenientes de várias empresas públicas e privadas que façam uso de bens naturais;

* manejo e corte da madeira para consumo próprio;

* criação de um programa que subsidie a retirada das casas da beiras dos rios (APPs) e construção em outros locais;

* rever a questão do plantio em áreas de declive com estudos técnicos para análise dos solos:

* utilização de áreas de bosque para pastagens para a criação de gado;

* pagamento por árvores imunes ao corte;

* regulamentação da questão do manejo.

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 3ª SESÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Professor Lemos. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 387/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) PROFESSOR LEMOS - Presidente

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomadas de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua nona reunião ordinária. com a presença dos Srs. Deputados componentes da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 065/09 - Submeter à aprovação da prestação de contas da verba das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2009. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva, relator da Proposição nº 065/09, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender as despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2009, conforme Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09. De acordo com a matéria analisada, decidiu o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, já

que atendem a legislação em vigor, deliberando pelo Parecer FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos os Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião e, para constar e exercer os efeitos legais, eu Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após de lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da comissão, Srs. Deputados e por mim, secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

Presidência

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2046

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere a instituição de Unidades Geriátricas nas instituições hospitalares no âmbito do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Marcelo Rangel no uso de suas atribuições regimentais, sugere:

I - Instituição de Unidades Geriátricas nas instituições hospitalares no âmbito do Estado do Paraná.

II - Devido ao crescimento enfático do número de idosos no Brasil, demonstra-se a necessidade de se instituir tais unidades, já que a população idosa necessita de cuidados especiais e uma forma de atendimento diferenciada. Desta forma, sugere-se a adoção de uma política de incentivo aos hospitais e clínicas, e a criação de unidades geriátricas corresponderia a um atendimento específico a essas pessoas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2047

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere a instituição do programa "Aprender a Cuidar do que é Nosso" no âmbito do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Marcelo Rangel no uso de suas atribuições, regimentais, sugere:

I - A instituição, no âmbito do Estado do Paraná, do programa "Aprender a Cuidar do que é Nosso".

II - O referido programa tem a finalidade de possibilitar o acesso aos alunos da rede pública estadual de ensino ao acervo cultural, artístico e turístico, em áreas de preservação ambiental e sítios em nosso Estado.

III - A base do programa seria a promoção de atividades de conscientização quanto à importância da preservação do meio ambiente e valorização do patrimônio histórico e cultural do nosso Estado.

IV - A presente proposta justifica-se pelo fato de que os alunos de rede pública dificilmente têm acesso a museus, teatros, centros históricos e áreas de preservação ambiental, senão através das escolas. Por isso, a concepção de um programa que leve - periodicamente - a cultura paranaense aos nossos estudantes e desenvolve maior conscientização entre eles no que diz respeito à cultura e ao meio ambiente do nosso Estado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 2048

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere a concessão de honras militares aos policiais militares do Paraná mortos no exercício da função.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Marcelo Rangel no uso de suas atribuições, regimentais, sugere:

I - A concessão de honras militares e votos de pesar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aos policiais mortos no exercício da função.

II - As honras militares são concedidas a Governantes, Chefes da Missão Diplomática, Ministros do Estado, enfim, figuras importantes e reconhecidas pela nação, além de outras autoridades que não estão especificadas no artigo 100 do Decreto 2243 de 03/06/97, mas que podem receber as devidas homenagens. O que pretendemos é um aproveitamento desta pequena abertura da lei federal para homenagear os policiais paranaenses, concedendo essas honras em seu enterro como um último ato de gratidão e reconhecimento.

III - O número de policiais mortos em serviço no Brasil é alarmante e, infelizmente, este é um assunto tratado com banalidade algumas vezes e pouco enfatizado como o problema que realmente representa. A presente sugestão visa homenagear esses policiais que morrem lutando pela segurança dos cidadãos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 2049

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere a implantação do Controle Biométrico nos centros de formação de condutores do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Marcelo Rangel no uso de suas atribuições regimentais, sugere:

I - Implantação do Sistema de Controle Biométrico nos centros de formação de condutores (Autoescolas).

II - O controle Biométrico consiste no controle presencial de aulas teóricas e de prática veicular que deverão ser realizadas pelos alunos dos centros de formação de condutores.

III - Esta proposta tem por objetivo garantir a qualidade de ensino nos respectivos centros, demonstrando a responsabilidade aos futuros condutores que estes terão ao adquirir a CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 2050

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere a instituição do Programa Bolsa Talento Esportivo no âmbito do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A instituição do Programa Bolsa Talento Esportivo, no âmbito do Estado do Paraná;

II - O programa destina-se a participantes do desporto escolar e de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, individuais e coletivas.

III - O objetivo é garantir apoio financeiro em valor equivalente ao indicado para categoria do beneficiário, na seguinte conformidade:

a) estudantil - atletas na faixa etária de 14 (quatorze) a 17 (dezesete) anos, matriculados em instituições de ensino públicas ou privadas, com resultado expressivos em competições escolares estaduais ou nacionais: R\$ 415 (quatrocentos e quinze reais);

b) juniores - atletas na faixa etária de 17 (dezesete) a 21 (vinte e um) anos, com resultado expressivos em nível estadual ou nacional: de R\$ 415 (quatrocentos e quinze reais) a R\$ 830 (oitocentos e trinta reais);

VI - nacional - atletas na faixa etária de 21 (vinte e um) anos em diante, com participação em seleções nacionais da respectiva modalidade: de R\$ 1.245 (mil duzentos e quarenta e cinco reais) a R\$ 1.660 (mil seiscentos e sessenta reais);

c) internacional - atletas de qualquer faixa etária, com participação em Campeonatos Mundiais ou jogos Pan-Americanos, Parapanamericanos, Olímpicos e Paraolímpicos: de R\$ 2.075 (dois mil e setenta e cinco reais) a R\$ 2.490 (dois mil quatrocentos e noventa reais).

IV - a inscrição no Programa:

a) depende da vinculação do atleta a entidades esportivas ou órgãos gestores de esporte do Estado e seus

Municípios há pelo menos 1 (um) ano, assegurada prioridade aos participantes de eventos incluídos no calendário oficial da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

b) poderá ser requerida, observadas as exigências desta lei, pelos atletas inseridos nos Centros de Excelência Esportiva, por intermédio da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

c) o pedido para a concessão da Bolsa Talento Esportivo dirige-se à Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo sendo avaliado por uma Comissão de Análise, a ser instituída por resolução do Titular da Pasta.

V - Compete à Comissão de Análise:

a) elaborar seu regimento interno, que conterà disposições sobre seu funcionamento e atribuições de seus membros;

b) elaborar critérios para avaliação dos pedidos que lhe forem dirigidos;

c) opinar, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre a concessão de benefício ou o indeferimento do pedido;

XVI - definir critérios para eventual suspensão ou cancelamento do benefício, a título de penalidade a ser imposta em caso de infração ao disposto nesta lei ou nas demais normas aplicáveis à espécie.

V - os candidatos à concessão da Bolsa Talento Esportivo deverão estar em plena atividade esportiva no âmbito do Estado e apresentarão à Comissão de Análise, sempre que solicitados, os documentos que se fizerem necessários ao enquadramento na respectiva categoria, bem como os documentos emitidos pela entidade de administração de desporto às quais estejam vinculados. Devendo ser praticantes de modalidades reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

Estamos apresentando a presente indicação, procurando investir no capital humano dos atletas e contribuir para o desenvolvimento do desporto brasileiro é dever do Poder Público, em todas as suas esferas.

Conforme preceitua a Carta Magna, em seu artigo 217, constitui dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais e apoiar as práticas esportivas formais e não formais.

O Estado do Paraná, atendendo as diretrizes prescritas nesses dispositivos, promove o esporte em todas as suas nuances, com enfoque nas áreas social, educacional e de alto rendimento.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2051

Autoria do Deputado Ademir Bier

SÚMULA:

Propõe a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, Sr. Rogério Walbach Tizzot, a disponibilização de 05 (cinco) quilômetros de pedras irregulares para pavimentação da Linha Ouro Verde, situado no Município de Medianeira.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvindo o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, Sr. Rogério Walbach Tizzot, a disponibilização de 05 (cinco) quilômetros de pedras irregulares para pavimentação da Linha Ouro Verde, situada no Município de Medianeira.

A presente indicação vem ao encontro das reivindicações feitas em reunião com a comunidade local, realizada dia 28 de junho, e por solicitação dos Vereadores Vitalino José Sarati e Valdecir Fernandes.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2052

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade da construção imediata da Escola Estadual Paulo Freire, no Município de Pontal do Paraná.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação providências para a construção imediata da Escola Estadual Paulo Freire, no Município de Pontal do Paraná, jurisdicionado ao NRE - Paranaguá.

A Escola Estadual Paulo Freire, no Município de Pontal do Paraná, atende cerca de 450 alunos nos períodos matutino e vespertino, funcionando em condições precárias no antigo Conglomerado BANESTADO. A situação perdura por vários anos, causando imenso prejuízo aos estudantes que frequentam aquele estabelecimento de ensino, dadas as condições inadequadas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2077

Autoria do Deputado Dobrandino da Silva

SÚMULA:

Propõe ao Governo do Estado a ampliação do uso dos créditos de ICMS gerados pelos produtores rurais na aquisição de óleo diesel e de maquinários agrícolas.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, a edição de medida visando a ampliação de uso dos créditos de ICMS gerados pelos produtores rurais na aquisição de

óleo diesel e de maquinários agrícolas, tornando possível que esses créditos sejam comprados por outras empresas que não sejam somente as adquirentes de produtos agrícolas, considerando que:

1 - o produtor rural tem dificuldade de utilização do crédito de ICMS gerado na aquisição de óleo e de maquinários agrícolas;

2 - tal fato ocorre em razão do produtor só poder transferir os créditos de ICMS à empresas com a qual possui relações comerciais, ou seja, para as empresas que ele vendeu sua produção no período em que gerou o crédito;

3 - a maioria das empresas adquirentes de produtos agrícolas são exportadoras, as quais já detém um grande volume de crédito de ICMS acumulado, o que causa o desinteresse dessas em adquirir os créditos de ICMS dos produtores;

4 - com a falta de interesse das empresas adquirentes de produtos agrícolas e a impossibilidade de outros mecanismos de utilização do crédito de ICMS, o produtor rural tem acumulado significativas perdas financeiras, de vez que, embora tenha o direito aos créditos, não tem como utilizá-los, sendo esses créditos, em sua grande maioria, fulminados pela prescrição.

A presente proposta atende reivindicação do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, que através do Ofício nº 038/D-09, subscrito pelo seu Presidente, Sr. Nelson Emílio Menegatti, manifesta preocupação da classe com respeito ao assunto exposto.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2078

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, que seja ampliada a possibilidade de negociação dos créditos do ICMS gerado na aquisição de óleo diesel e maquinários agrícolas, conforme especifica.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda para solicitar o que segue:

1 - Seja ampliada a possibilidade de negociação dos créditos do ICMS gerado na aquisição de óleo diesel e maquinários agrícolas, conforme arrazoado do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, em anexo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição visa ampliar a possibilidade de negociação do ICMS, o que beneficiaria de forma imediata e direta os produtores rurais paranaenses, conforme arrazoado em anexo.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2079

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião que determine a liberação das servidoras públicas estaduais gestantes, durante o período de inverno, do cumprimento da jornada de trabalho, como forma de prevenção do contágio da gripe A.

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná que determine a liberação do cumprimento da jornada de trabalho das servidoras públicas estaduais gestantes, até 22 de setembro do corrente, durante o período de inverno, como medida preventiva ao contágio com o vírus H1N1, causador da gripe A.

Dados epidemiológicos referentes à atual pandemia da gripe A demonstram que os casos de agravamento desta enfermidade são mais frequentes em mulheres grávidas, caracterizando-as como grupo de risco. Considerando estes dados e os estudos que indicam um provável pico da incidência de casos ainda neste período de inverno, dado as características climáticas, de nosso Estado, o afastamento preventivo destas servidoras de seus locais de trabalho torna-se medida relevante e de proteção e de maior tranquilidade no âmbito de administração estadual.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2080

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a aquisição de uma nova ambulância para o Município de Nova Londrina.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, afim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública que determinem a compra de uma nova ambulância para o Município de Nova Londrina, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Seja devido ao crescimento populacional, seja devido ao desenvolvimento natural da região, aumentaram, de modo significativo, os atendimentos na área da Saúde no Município de Nova Londrina. Nesse sentido, torna-se indispensável à aquisição de uma nova ambulância para

esse Município. Com efeito, essa medida possibilitará o atendimento das ocorrências em Nova Londrina de modo satisfatório. Certos de contar com o prestimoso apoio do Governo do Estado do Paraná, apresentamos a V. Exas. nossa solicitação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 2081

Autoria do Deputado Francisco Bühner

SÚMULA:

Propõe o repasse de recursos financeiros e materiais à Fundação Hospitalar Harry Greipel, com sede no Município de Piên.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Secretário Estadual da Saúde, Gilberto Martin.

O Deputado Francisco Bühner, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Secretário Estadual da Saúde, Gilberto Martin, reivindicando o que segue:

1 - Transferências de recursos financeiros de ordem de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais) à Fundação Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên.

2 - Os recursos solicitados proverão à conclusão das obras do Hospital Harry Guido Greipel e aquisição de equipamentos médico-hospitalares, cuja composição original do projeto prevê a oferta de serviços de saúde para toda a região.

3 - Tal solicitação reitera emenda legislativa apresentada por este Deputado e incluída no orçamento do Governo do Estado, neste exercício.

4 - A Fundação Harry Guido Greipel é reconhecida como entidade de utilidade pública estadual, através da Lei nº 14119/03, desta forma de idoneidade reconhecida, bem como a conjunção de critérios estabelecidos por órgãos superiores e regulamentadores, nestes a Fundação se enquadra.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/08/09.

(a) NELSON JUSTU